

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

MOREIRA, Diva. Diva Moreira (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 46min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Diva Moreira  
(depoimento, 2007)**

Rio de Janeiro

2020

## *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

**Levantamento de dados:** Verena Alberti;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Verena Alberti;

**Técnico de gravação:** Marco Dreer Buarque;

**Local:** Belo Horizonte - MG - Brasil;

**Data:** 29/03/2007

**Duração:** 3h 46min

Arquivo digital - vídeo: 4; Minidisc: 4; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha da entrevistada se justificou por ser militante do Movimento Negro e pela fundação da Casa Dandara - Projeto de Cidadania do Povo Negro, entidade do movimento negro em Belo Horizonte.

**Temas:** Anos 1960; Atividade acadêmica; Ciência política; Família; Favela; Florestan Fernandes; Formação escolar; Gênero; Golpe de 1964; Igreja Católica; Jornalismo; Língua estrangeira; Militância política; Minas Gerais; Movimento negro; Partido dos Trabalhadores - PT; Poder legislativo; Racismo; São Paulo; Sistema de cotas; Teologia da libertação;

## *Sumário*

Entrevista: 29/03/2007

Disco 1: Origens familiares; a trajetória de sua mãe, Maria Moreira, como empregada doméstica no interior de Minas Gerais; a mudança para Belo Horizonte; o despertar de uma consciência racial na família Moreira; origens dos avós; os estigmas raciais sofridos pela entrevistada em sua juventude; as relações sociais nas pensões em que sua mãe trabalhava; a formação escolar; o racismo enfrentado na escola; a bolsa de estudos na Aliança Francesa; o ginásio no Colégio Estadual de Minas Gerais; a relação afetiva com sua mãe; a mudança para um cortiço; as experiências religiosas pessoais e a aproximação com a teologia da libertação; a recepção do golpe de 1964 pela entrevistada.

Disco 2: A trajetória em São Paulo iniciada aos 19 anos de idade; o percurso acadêmico no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); os impactos da conjuntura política externa e interna da década de 1960 durante a graduação; a militância política e a conscientização política de sua mãe; a consciência racial no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na UFMG; os percursos iniciais para a militância no movimento negro; as mobilizações do movimento negro na esquerda; a leitura sobre a questão racial em “A integração do negro na sociedade de classes”, de Florestan Fernandes; a fundação da Casa Dandara; o contato com Lélia Gonzalez a partir da Conferência Mundial sobre a Mulher em 1985; o trabalho na Fundação João Pinheiro; a luta pela reforma sanitária no Brasil; a atuação intelectual na Casa Dandara; o trabalho com crianças na Casa Dandara; os problemas de captação de recursos para entidades negras.

Disco 3: O conflito com a Secretaria de Educação e a Casa Dandara; as disputas de memória pelas distintas entidades de representação negra e o eventual distanciamento das organizações de militância; conflitos com o Movimento Negro Unificado; embates com o Grupo União e Consciência Negra (Grucon); a criação da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra (SMACON) durante o governo de Célio de Castro em Minas Gerais; as articulações realizadas com a Câmara dos Vereadores para a aprovação de uma nova Secretaria; a criação da Escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares na favela Pedreira Padre Lopes; acordos da Secretaria com integrantes das diversas entidades negras; dissidências dentro da SMACON; as articulações do Partido dos Trabalhadores na administração de Célio de Castro; a extinção da SMACON.

Disco 4: A votação na Câmara dos Vereadores para a extinção da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra; a breve experiência nos Estados Unidos e o regresso ao Brasil em 2003; o trabalho no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o enfoque do trabalho nas categorias de raça e gênero; opinião da entrevistada acerca das cotas raciais e políticas afirmativas.

*Entrevista: 29.03.2007*

Verena Alberti – Então a gente estava conversando um pouco, que a nossa ideia é entender um pouco a sua trajetória de vida, aliada, mais tarde, à trajetória do movimento negro. Então, a gente gosta sempre de começar um pouco do começo mesmo, do seu nascimento, onde você nasceu, como era a sua casa, sua família, onde foi, quando... A gente conseguiu uma informação no *site* do Museu da Pessoa, que você já deu uma entrevista... você sabe disso?

Diva Moreira – Eu, não.

V.A. – Eu acho que foi um evento da Ashoka, que eles fizeram uma entrevista...

D.M. – Ah, eu sou *fellow* da Ashoka.

V.A. – Isso. Lá em São Paulo, o Museu da Pessoa, conhece, não?

D.M. – Eu já estive em São Paulo não sei quantas vezes. Não me recordo, francamente.

V.A. – Isso aqui é num *site*. Depois te dou até a informação que está aqui. Porque, eventualmente, você não acha que seja interessante estar... Eu deixo aqui com você depois.

D.M. – Olha que interessante. E é recente, “eu fiz 59 anos...”

V.A. – A gente calculou que foi em 2005, possivelmente, essa entrevista. Não?

D.M. – Museu da Pessoa. 2005, exatamente.

V.A. – Aí a gente tem essa informação e queria confirmar. Está certo, é 8 de junho de 46?

D.M. – Exatamente. Seguramente é a maior expressão da verdade. Sem problemas.

V.A. – Então está confirmado, é mesmo 8 de junho de 46. Mas aqui nessa entrevista não diz onde foi. Só diz que no norte de Minas. Qual é a cidade?

D.M. – Eu sou de Bocaiúva. Bocaiúva é uma cidade do norte de Minas. E nasci lá, fiquei até os quatro anos idade, quando eu vim para Belo Horizonte.

V.A. – E como era lá? A sua mãe morava lá?

D.M. – Pois é, eu venho de uma família que é uma família basicamente matricêntrica, como é extremamente comum nas famílias negras. Minha mãe se casou e ficou viúva muito jovem. E depois de um certo tempo ela teve que voltar a trabalhar em fazendas. Basicamente ela era empregada doméstica em fazendas naquele tempo. E aí, de um senhor de uma dessas fazendas, nasceu o meu irmão, de um senhor branco, como também é usual na história das mulheres negras neste país, além dos serviços domésticos tem a prestação de serviços sexuais, não é? De uma forma, ou semicompulsória ou voluntária, mas eu não sei bem como, ela faleceu no ano passado...

V.A. – Ambígua de qualquer forma, não é?

D.M. – De qualquer jeito é ambígua, por causa da relação de poder: é o patrão, é o homem, é o branco, e a empregada precisando daquele emprego, uma pessoa jovem. Ela ficou viúva extremamente jovem...

V.A. – E ela não teve filhos do primeiro casamento?

D.M. – Teve. Teve a minha irmã. E depois nasci eu, de um outro. Aí ela já morava, já não estava trabalhando em fazenda mais e foi trabalhar como empregada doméstica numa pensão, em Bocaiúva ainda. Aí eu nasci de um homem que morava nesta pensão, de um homem branco também, de um proprietário, ele tinha comércio, era uma pessoa de posses. Então eu sou...

V.A. – Em Bocaiúva?

D.M. – Em Bocaiúva.

V.A. – Ele tinha comércio de quê? Secos e molhados, essas coisas assim?

D.M. – Comércio. Eu não me lembro bem. Acho que a loja tinha roupa pronta, calçado... Naquele tempo essas lojas eram assim, tinham de tudo. Então eu fui filha deste homem...

V.A. – Então já tinha a sua irmã, do casamento do qual ela ficou viúva, o seu irmão...

D.M. – E eu. Mas eu não sei exatamente quando ela vai para esta pensão. Porque quando ela vai para esta pensão o meu irmão já não está mais com a gente, nem a minha irmã, porque ela não poderia ser empregada doméstica com três crianças. Então a minha irmã vai morar com os pais dela, a minha irmã. E meu irmão, ele já era grandinho, não me lembro com quantos anos, ele vai morar com um casal que é de Bocaiúva e depois se transfere para Montes Claros. Então a nossa família, de uma forma bem inicial, teve que se separar, pelo fato da gente não ter uma casa própria. Na qualidade de empregada doméstica, ela não poderia ficar com três crianças. Então eu fiquei com ela o tempo todo, tive este privilégio de ficar com ela o tempo todo. E ela era uma pessoa extremamente determinada. Eu não consigo contar a minha história de vida e a minha história política sem falar da minha mãe. Inclusive de uma forma emocionada, porque ela faleceu no ano passado. E aí aconteceu um episódio muito interessante na nossa vida, que foi o fato de Bocaiúva ser o epicentro de um grande eclipse solar que teve na ocasião. Aí foram se hospedar nessa pensão – que seguramente devia ser a melhor pensão de Bocaiúva – cientistas estrangeiros. E ela ficou fascinada com aquelas pessoas falando línguas estrangeiras. E fez uma promessa: “A minha filha...” Quer dizer, ela tinha mais domínio sobre mim, porque eu estava com ela. “A minha filha vai estudar língua estrangeira.” Filha de uma empregada doméstica. Ela não sabia ler nem escrever. A minha mãe foi muito autodidata, ela pegava caixinha de fósforo e começava a soletrar a partir de rótulos das coisas. Às vezes ela chegava para a gente e tropeçava no *h*, *ch*, *nh*, ela achava difícil e então perguntava: “Como é que é isso?” Então ela foi se alfabetizando assim. Mas aí eu dei um salto enorme. Ou seja, nesta pensão ela já fez esse compromisso com ela própria.

Então a gente ficou lá. Eu não me lembro bem de experiências de humilhação racial. Eu me lembro de experiências de pobreza o tempo todo.

V.A. – Nessa pensão?

D.M. – É, porque era aquela coisa da exploração da empregada doméstica, não tinha nenhum benefício social naquela época, nem pensar, não é? Outra coisa, ela tinha uma visão de futuro, sabe, uma coisa extraordinária! Ela falava para mim: “Eu não quero que a minha filha tenha a mesma vida que eu estou tendo.” Então ela decidiu vir para Belo Horizonte em 1950. Na época ela achava Belo Horizonte até atrasada, queria ir para São Paulo. Mas ao mesmo tempo ela tinha a cabeça nas estrelas e o pé no chão. Isso significa que ela veio para Belo Horizonte porque ela conhecia uma família, ela tinha trabalhado também numa casa de família lá em Bocaiúva, e um ramo dessa família morava aqui e ela conhecia. Então ela sabia que tinha aonde segurar, aonde botar o pé. Aí nós viemos para Belo Horizonte em 1950. E ela...

V.A. – Já com o compromisso de trabalhar nesse ramo da família?

D.M. – Nessa casa. E era também uma pensão.

Amílcar Pereira – Deixe-me fazer uma pergunta. Eu estou pensando aqui: você disse que essa pensão em Bocaiúva era, provavelmente, uma das melhores pensões de Bocaiúva, e você não percebia questões em relação à questão racial, humilhações e tal, só em relação à pobreza. A maior parte desse público que frequentava essa pensão era classe média, brancos provavelmente...

D.M. – Seguramente, não devia ter hóspede preto naquela época.

A.P. – E a sua mãe conversava com você sobre isso?

D.M. – Não. A minha mãe não tinha consciência racial, foi a gente que trouxe para a casa o debate sobre a questão racial. Ela não tinha consciência. Ela tinha uma formação católica

extremamente forte. E não era um catolicismo apenas ritualístico, convencional, de ir à igreja todo domingo, de fazer confissão uma vez por ano, não. Era aquele catolicismo, aquele compromisso evangélico de vida fraterna, de perdão, de solidariedade, de indignação com a injustiça. Mas ela não tinha a menor... Ela não era uma pessoa politizada, entendeu? Seria, digamos, uma pré-política. A politização veio muito depois, quando a gente já estava mergulhada nas lutas sociais. Mas ela sempre falava assim: “Eu participei de tal movimento, participei do Partido Comunista não por causa de vocês, mas porque eu sempre fui revoltada contra a injustiça. Eu participo por minha causa, porque eu acho que é injusto o que eu vejo. Não porque vocês estão me levando.” Ela tinha orgulho de falar que apesar da influência da gente, tinha alguma coisa que precedia esta influência, que era um compromisso radical com a justiça.

V.A. – E seus avós? Ela traz isso de casa, essa formação católica forte? Ficaram com a sua irmã, os seus avós?

D.M. – Ficaram.

V.A. – Eles eram o quê? Camponeses, lavradores?

D.M. – Eles eram piores do que camponeses, porque o camponês tem terra.

V.A. – Tem uma terrinha.

D.M. – Exatamente. Eles eram aquilo que a gente chamaria de meeiros. Eram trabalhadores rurais numa fazenda, e trabalhavam ali e dividiam o resultado da colheita com os donos. Meu avô era bem preto e se chamava Negro da Costa.

V.A. – O prenome de verdade, registrado?

D.M. – Não. Em termos de origem. “Eu sou um negro da costa.” E essa costa aí, seguramente ele estava se referindo à costa africana, ao tráfico de escravos.



V.A. – Agora que eu entendi. Está certo. Então ele tinha uma consciência.

D.M. – Exatamente. Agora, quando ele faleceu eu era muito pequenininha e infelizmente eu não tive cabeça, e pela idade, de entrevistá-lo. A minha mãe tinha um orgulho extraordinário dele. Falava dele assim com a boca cheia. E ele tinha uma sabedoria meio mágica, que a gente nunca soube de onde veio, mas seguramente dos seus ancestrais africanos. Minha mãe contava que ele conversava com marimbondos. Se tinha um enxame de marimbondos avançando em cima dele, ou cobra, ele tinha umas palavras, tinha umas orações, e o bichinho, o enxame voltava, a cobra amansava... Ela diz que ele tinha uma suavidade no trato com as pessoas, diz que nunca gritou com nenhum dos filhos. E eles tiveram, acho que eram 12 mais ou menos. Ela falava dele com uma alegria, com um orgulho: “Nunca gritou com a gente. Mas ele olhava assim e só com o olhar a gente já saía de fininho.” [riso] Muito bonita a relação dela com ele. E a mãe dela, minha avó materna, era descendente de índio. Ela se chamava índia tapuia. Seguramente não era uma índia pura, já devia ser também miscigenada. Mas você via pelos traços, pela tonalidade da pele, tinha cabelo lisinho, que essa ascendência indígena estava muito vizinha. Seguramente devia ser filha de índia ou índio com uma pessoa negra. Estava muito próxima a ascendência. Eu devo ter uma bisavó, seguramente, indígena.

V.A. – De qualquer forma, o orgulho racial, o seu avô tinha esse orgulho africano.

D.M. – De falar que era um negro da costa. Isto eu me recordo. Não era a minha mãe que me falava. Eu me recordo disto.

A.P. – E os nomes do avô e da avó?

D.M. – Hilário Moreira, e a minha avó se chamava Maria da Conceição. Eram os nomes sem sobrenome. Esse povo todo não foi registrado.

V.A. – E sua mãe?

D.M. – Minha mãe era Maria de Jesus Moreira. Então eu tenho alguns tios que foram batizados com o sobrenome da minha avó. Então eles têm Conceição e não tem Moreira. E alguns têm Moreira e não têm Conceição. Eu acho que a maioria tem Moreira.

V.A. – E você é só Diva Moreira ou tem alguma coisa no meio?

D.M. – Só Diva Moreira. Foi minha mãe que me deu esse nome. Eu falava com ela: “Ai que bom, porque eu tive um nome e tenho. E agradeço a senhora por ter me dado um nome, porque pai aí não teve nem a mínima consideração. ‘Dane-se...’” Como acontecia, sobretudo naquela época. E isso também foi um estigma para a gente, ser filho fora dos conformes, fora do casamento, fora da legislação, fora do direito civil. Então era uma coisa estigmatizante, profundamente estigmatizante. Sobretudo quando eu vim para Belo Horizonte. Eu não tenho essa memória, mas em Bocaiúva também eu tinha quatro anos. Mas, aqui era uma coisa marcante. Marcante! Então eu era filha de empregada doméstica... Carreguei uma quantidade de estigmas. Empregada doméstica até hoje ainda é muito discriminada. Imagine em 1950 em Belo Horizonte. E a gente veio morar com uma família branca extremamente racista, com preconceito de classe, preconceito religioso, porque eram católicas... Mas aí é o formalismo do catolicismo. E achavam que a mulher não podia... eles tinham uma vigilância em cima dela depois, com medo dela ter uma vida sexual ativa e aparecer com outro filho. Era uma violência feroz em cima dela, um controle que depois que eu fiquei grandinha eu falei: “Meu Deus, se eu tivesse consciência eu teria poupado a minha mãe: ‘Oh, manda brasa! Seja feliz. Faça controle da natalidade, mas não fique se reprimindo, não, pelo amor de Deus.’” Mas então era uma vida dividida. Eu vivi durante treze anos, plena fase de adolescência, neste contexto de profunda ambiguidade e confusão, porque aqui eu não tinha pai e quando eu ia para Bocaiúva minha mãe dizia assim: “Vai lá pedir a benção a seu pai, vai lá visitar seu pai. Ele prometeu te dar alguma coisa, prometeu te ajudar na escola.” Isso quando eu comecei a estudar. “Prometeu te dar sapato ou roupa.” Então no início eu ia, aquele constrangimento enorme, eu ia com ela, aquela coisa, aquele desconforto horrível, para cumprimentar, para pedir benção a esse pai que existia nas férias. Quando eu chegava aqui eu não tinha pai. Sabe? Então eu vivi uma vida de muita ambiguidade, de muita confusão para mim, criança primeiro e depois adolescente. E então o que aconteceu? Essa confusão derivava-se deste

mundo cheio de divisões, de ambiguidades. Eu vivia neste mundo branco, das patroas, que censuravam...

V.A. – Tinha crianças da sua idade na casa?

D.M. – De vez em quando.

V.A. – Da família não tinha?

D.M. – Não. De vez em quando tinha alguém de férias, tinha alguém mais ou menos da minha idade. Depois a irmã de uma delas veio para Belo Horizonte e morava na frente, e aí as filhas dessa irmã eram mais ou menos da minha idade. Então era essa vida de preconceito social, preconceito racial, preconceito quanto ao nascimento. Tudo assim muito estigmatizado, tudo muito pesado. E isso me marcou profundamente. De tal maneira que, quando eu comecei a ficar assim uma menininha maiorzinha, comecei a ter vergonha da minha mãe. Não queria andar com ela, mãe preta, eu era mais clarinha, mãe assim, mãe assado... Filha de uma empregada doméstica... Então eu comecei a ter vergonha dela e não querer me identificar com ela. E nesta pensão morava uma senhora branca que não tinha tido filho, ela era jovem na ocasião, sonhava em se casar e ter filhos, e, enquanto isso, ela me adotou informalmente. Então ela me ajudou muito no que diz respeito a comprar caderno, porque como a minha mãe... como as patroas tinham um gasto enorme comigo, o salário dela era miserável. E eles pagavam a ela menos do que as empregadas domésticas recebiam na ocasião por causa de uma boca a mais. A expressão era exatamente essa, a gente virava “uma boca a mais”. Então toda a despesa assim, digamos, um passeio, uma roupa mais bonita...

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

V.A. – Então a gente estava falando dessa senhora que morava na pensão e que adotou você comprando cadernos, não sei o que, porque com essa “boca a mais” era muito caro para ter um salário...

D.M. – Decente.

V.A. – Razoável. Porque as outras também não deviam ganhar um salário decente naquela época.

D.M. – Não. Era uma miséria aqui em Minas Gerais.

V.A. – E você e sua mãe moravam no mesmo quarto nessa pensão? Como era?

D.M. – Não, porque era uma casa tão grande. Devia ter tido uma época em que a gente morava no mesmo quarto. Mas teve uma época que não. Aí, aconteceu um episódio, essa história do quarto me fez lembrar um episódio de assédio sexual. Nesta pensão morava o filho das duas patroas da casa, e ele era o filho querido, e se a gente fosse reclamar dele, a gente é que estava errado e ele é que estava certo. E aí um dia ele estava mexendo comigo, e eu criança ainda, devia uns oito, nove anos, isso em plena madrugada ele estava bolinando comigo, tocando no meu corpo, quando... E a minha mãe tinha um cuidado com a gente, coitada, apesar de trabalhar até lá para a meia-noite, era praticamente de seis à meia-noite o serviço lá na pensão, tudo por conta dela. E aí, quando ela ia deitar, ela ia pegar na gente para ver se não tinha uma íngua, para ver se não tinha alguma feridinha, alguma coisa, entendeu? Algum problema de saúde. Ela ia tocar no corpo da gente. Eu achei que era ela que estava tocando no meu corpo. Aí eu virei assim e falei alguma coisa do tipo: “Deixa eu dormir.” Alguma coisa assim. Ela escutou. Aí no que ela escutou, deve ter respondido lá. Eu me lembro porque a casa era de porão, eu me lembro até hoje dos passos dele, porque fazia barulho, era porão na casa, aquele assoalhado bonito de madeira, mas no que as pessoas faziam, caminhavam, sobretudo se caminhassem mais depressa, fazia barulho. Então ela viu que eu estava sendo bolinada. Aí no dia seguinte ela reclamou, ficou muito chateada, foi lá reclamar e as patroas falaram que não era nada daquilo, que era invenção dela, que não devia ser aquilo, que ele era um bom rapaz. E aí ela teve, eu não me lembro se eu passei a dormir no quarto dela, mas a gente teve que ficar mais vigilante a partir daí.

V.A. – E esse rapaz tinha que idade?

D.M. – Ah, ele era homem já. Ele devia ter o que naquela época, o Renato devia ter mais de 20 anos naquela época.

V.A. – Mas aí, você fez escola ao mesmo tempo em que estava nessa... como é que foi?

D.M. – Pois é, o negócio da minha escolarização é muito interessante. Eu fui registrada tardiamente, eu tinha já seis anos e meio. Aí o pessoal antecipou a data do meu nascimento para que eu pudesse entrar mais cedo para a escola. Porque se eles não tivessem antecipado eu entraria na escola com sete anos e meio. Então formalmente eu sou de abril. Até abril as escolas aceitavam. Aí, com seis anos e meio eu já estava fazendo o meu primeiro ano primário, já estava praticamente alfabetizada porque uma das donas da pensão era professora primária. Todas as duas eram, mas uma outra era mais paciente. Então eu já entrei para a escola letrada, alfabetizada. O básico eu já sabia, em termos de fazer conta. Aí eu fui uma aluna brilhantíssima. Aí eu já tinha consciência racial. Não politizada, mas já tinha consciência racial.

V.A. – Como?

D.M. – “Eu tenho que ser melhor do que todos para ser reconhecida. Para não sofrer humilhação racial.”

A.P. – Mas isso era um discurso familiar, a mãe falava isso?

D.M. – Não. Era eu.

A.P. – Você percebendo nas relações.

D.M. – Exatamente. Minha mãe não tinha consciência racial. Aí eu fui para a escola e realmente eu fui uma aluna brilhante em todo o curso primário, brilhante. Terminei o primário com nove anos e meio, tinha aquela letra linda, todas as vezes que tinha alguma pessoa visitando a escola, da Secretaria de Educação, quem ia fazer a leitura para mostrar que aquela escola era excelente era a menina negra.

V.A. – Por que, não tinha outros negros?

D.M. – Ah, tem uma coisa interessante no meu tempo. Tinha, mas era em termos de desempenho escolar, porque o meu era muito bom. Então quem ia apresentar, depois quem ia fazer uma fala cumprimentando a inspetora que chegava e depois tinha que entregar o texto... Então aquela letra bonitinha, aquele texto em português correto, era o meu. Então eu me lembro disso.

V.A. – Chamavam você de “a menina negra”, ou você ouvia dizer isso?

D.M. – Não. O lance é o seguinte: lá eu fui discriminada racialmente.

V.A. – Como então? Porque era uma escola pública, e havia crianças de todas as cores...?

D.M. – Inclusive crianças brancas de classe média-alta. Eu até fico me perguntando, nunca li nenhum estudo sobre isso, o que aquelas meninas brancas de classe média... uma era filha de um deputado estadual. Eu me lembro de outra que era filha de libaneses, tinha um sobrenome árabe e que é comerciante em Belo Horizonte até hoje, ou seja, um comércio estável em Belo Horizonte. E tinha umas outras. Eu fico me perguntando o que aquelas meninas brancas estavam fazendo em escola pública, com tanta escola católica muito próximas. Eu imagino, traduzindo isso, porque eu tinha essas meninas de alta classe média como colegas, a minha versão para isso, o meu entendimento para isso é a questão da escola pública de alta qualidade que existia naquele tempo. E seguramente os pais e mães destas crianças não queriam que elas estivessem em escolas católicas. E as colocaram lá. Então era uma escola muito interessante porque em poucos metros, poucos quarteirões acima dessa escola, tinha favela, e eu tinha colega favelado e colega favelada. Eu, filha de empregada doméstica, estudando ao lado dessas meninas. Eu tenho a foto até hoje, cheia de meninas brancas e super chiques para a época, aqueles vestidos lindos. A nossa foto de formatura eu tenho até hoje. E colegas negras como eu tinha. E aí...

V.A. – E como é que foi discriminada na escola?

D.M. – Eu tenho dois relatos que me marcaram muito naquela época. Um deles foi o seguinte: tinha as rodas na hora do recreio, eles colocavam as crianças de mãos dadas e tinha as brincadeiras na hora do recreio. E do meu lado tinha um gurizinho branco, também de classe média esse guri, eu lembro dessa família, família importante aqui em Belo Horizonte, aí, quando eu fui pegar na mão dele, ele não quis segurar na mão de uma criança negra. Aí a roda não rodou. E aí, todo mundo esperando, aquilo foi uma humilhação para mim, uma humilhação terrível, a roda não ter girado e todas as crianças olhando, e ele lá do meu lado e eu lá com a mão que se estendeu inutilmente. Então aquilo, porque foi uma coisa pública, notória, eu tenho a menor ideia...

V.A. – Ele falou alguma coisa?

D.M. – Deve ter falado, mas eu não me recordo. Não quis segurar na minha mão. Eu não tenho a menor ideia do que aconteceu depois disso, se a professora trocou ele por outro menino para a roda girar, ou se chamou a atenção dele... Seguramente não deve ter chamado. Até hoje a discriminação racial que as nossas crianças negras enfrentam nas escolas, em geral os professores se omitem, imagine nos idos de 50. Aí o que aconteceu? Noutra ocasião, nessa mesma escola, minha mãe mandou que cortassem meu cabelo e eu devo ter chegado... Cabelo de mulher negra é um grande problema, não é? Eu devo ter chegado na escola com esse cabelo meio assanhado. Aí a professora, eu me lembro dela assim, essas coisas marcam muito a gente, quando é criança. Sei ainda o nome dela, dona Íris. Eu me lembro que ela me brindou com um apelido delicadíssimo: galinha sureca. Isso disseminou pela escola, galinha sureca.

V.A. – O que é sureca, é uma raça de galinha?

D.M. – Não sei se é uma raça de galinha, mas aqui, quando a gente fala “sureca”, a gente fala: “cortou o cabelo dela de tal maneira que ficou sureca.” Quando corta muito, sabe?, fica muito curtinho. Talvez tenha sido isso. Eu não me lembro como estava o meu cabelo, só lembro deste apelido genial, “galinha sureca”. Aí o que aconteceu? Quando as outras crianças começaram a me chamar de galinha sureca, eu comecei a matar aula. Eu brinco, eu falo assim: “Eu acho que eu inovei em matéria de matar aulas em Belo Horizonte. Eu devo ter

sido uma das primeiras alunas a matarem aula.” Aí, eu saía de casa simulando que ia para a escola e não ia para a escola. Devia ficar brincando na casa de algum vizinho. Eu não me lembro bem o que eu fazia neste período. A minha mãe descobriu, e a minha mãe era muito firme, muito determinada, não tinha nenhuma frouxidão com ela. Quando ela descobriu, ficou bravíssima comigo e falou o seguinte: “Você vai ter que voltar para a aula.” Deve ter ido lá reclamar, claro, expliquei para ela por que eu estava matando aula. Ou seja, não pude mais matar aula. Tive que colocar minha viola no saco e voltar para a escola.

V.A. – E a professora em algum momento pediu desculpa?

D.M. – Não, que isso?

V.A. – Imagina...

D.M. – “Isso não existia...”

V.A. – Mas a sua mãe foi lá falar

D.M. – Foi lá reclamar. Eu me lembro disso.

V.A. – Qual era a razão...

D.M. – De eu estar faltando aula. Eu me lembro que ela falou, foi na escola e tal.

V.A. – E eles tiveram alguma reação?

D.M. – Nenhuma.

V.A. – E continuou o apelido?

D.M. – Eu não me lembro quanto tempo durou este apelido. Eu não me lembro realmente, não dou conta de recordar. Mas foi... Agora, outra coisa que eu me lembro também na escola,



era a falta de nomes. Eles não chamavam as crianças negras pelo nome. Eu me lembro que era assim: “Você aí. E aí, você de laço. Você ao lado. Você, é você mesmo.” Entendeu? A gente não tinha nome. A primeira professora que me chamou pelo nome, eu também me lembro o nome dela, foi uma glória para mim ser chamada pelo nome.

A.P. – E as outras crianças eram chamadas pelo nome?

D.M. – Eram chamadas pelo nome, as crianças de classe média-alta. Eu me lembro dessa professora. Eu tinha paixão por ela. Infelizmente ela ia lá, eu acho que, uma vez por semana. Tinha uma coisa fantástica nas escolas do meu tempo, tinha professora de leitura. Não é incrível uma coisa dessas? Ia na escola, reunia a gente, devia fazer rodinha lá, para ler e estimular a gente para a leitura. E eu fiquei apaixonada sabe por quem, através dessa professora? Monteiro Lobato. E ela me chamava de Emília... Para mim era aquela coisa fantástica. Então naquela época eu li toda a literatura de Monteiro Lobato. E através de Monteiro Lobato eu me apaixonei pela Grécia, vocês não vão acreditar. Depois no ginásio eu fui miss Grécia, muito engraçado como as coisas acontecem na vida da gente... E eu, ainda nessa pensão, com treze anos de idade, me tornei aluna da Aliança Francesa em Belo Horizonte. Era a única menina negra. A única menina negra filha de empregada doméstica.

V.A. – Sua mãe obedecendo aquela promessa...

D.M. – Comecei a realizar a promessa dela com treze anos de idade. Não sei por que cargas d’água...

V.A. – Como foi isso? Quem pagava?

D.M. – Eu não me lembro bem. De uma coisa eu me lembro, de ter ido na Aliança... Certas coisas no meu tempo eram muito mais fáceis. Eu me lembro que tinha formulário de bolsa em cima do balcão. Eu vi aquele negócio, preenchi e ninguém pagou. Eu era bolsista. Eu era bolsista da Aliança Francesa, sou formada em francês por causa desse sonho da minha mãe de ter uma filha que soubesse língua estrangeira.

V.A. – Ela que levou você lá?

D.M. – Não.

V.A. – Como foi essa decisão?

A.P. – Mas ela incentivava?

D.M. – Eu fui. Incentivava, claro.

V.A. – Mas por que o francês e não o inglês?

D.M. – Por que o francês? Na época o inglês não funcionava. A influência grande era do francês. Por exemplo, as escolas particulares... Eu morava num bairro de classe média, no bairro da Serra, aqui em Belo Horizonte... Aqui não, vocês sabem que estão em Sabará, não é?

V.A. – Aqui é Sabará?

A.P. – Eu achei que fosse Belo Horizonte.

D.M. – Aqui é Sabará.

V.A. – Não sabia. O francês.

D.M. – O francês. As escolas particulares do meu tempo eram todas conduzidas por freiras e padres... A influência francesa na Igreja Católica era muito grande. Então tinha colégios com nomes franceses naquela época. Então talvez tenha sido isto. Agora...

V.A. – E tinha coleguinha falando francês em sala?

D.M. – Não.

V.A. – Nem dessas de classe média, não faziam Aliança?

D.M. – Não. Não me recordo.

V.A. – Interessante é como que sabe que tem um curso de francês na Aliança...

D.M. – Olha, eu tive... Não, essa colega eu conheci na Aliança, não foi no ginásio. Com treze anos eu estava no ginásio já, entendeu? Agora, tem uma coisa muito interessante também que eu vou relatar para vocês da minha vida: eu muito pequenininha, devia ter uns nove, dez anos, fiquei sabendo da vida de santa Joana D’arc. Sabe o que eu virei e falei para a minha mãe? “Eu quero ser igual à Joana D’arc, que morreu pelo seu povo.” Interessante, não é? E anos depois, não estou morrendo, não, graças a Deus, não precisa chegar a tanto, mas anos depois eu tenho uma vida dedicada em tempo integral à população negra e indígena, que está também no meu coração, deste país.

V.A. – Então começou a única negra na Aliança Francesa, e aí?

D.M. – A única negra na Aliança Francesa. Para dizer a verdade para vocês, não me lembro de ter sofrido discriminação racial na Aliança Francesa. Tínhamos inclusive, naquela época, o diretor era francês, porque o curso da Aliança estava ligado ao Ministério das Relações Exteriores, era um ramo do Ministério da Educação dentro do Ministério das Relações Exteriores, o curso da Aliança Francesa. E a gente recebia o diploma da Universidade de Nancy. Mas eu não tenho a menor lembrança. Creio que não, porque senão teria ficado registrado na minha vida. Nem lembro de alguém estranhar o fato de uma guria negra, filha de empregada doméstica, diga-se de passagem, na Aliança Francesa. Eu me recordo de ter sofrido discriminação racial no primário. No ginásio eu fui para uma escola extremamente progressista em Belo Horizonte, e excelente, de excelente qualidade, que era o Colégio Estadual de Minas Gerais. As patroas da minha mãe falaram para ela assim, sobretudo eu me recordo de uma: “Você vai fazer inscrição para ela fazer prova para o Colégio Estadual? E se ela perder? Você vai perder seu dinheiro.” Ela falou: “Não me incomode não. Se ela perder

eu vou lá e peço a eles para devolverem meu dinheiro.” Ou seja, correu o risco de perder o seu pouquinho de dinheiro na inscrição.

V.A. – Era concurso?

A.P. – Admissão, não é?

D.M. – Tinha que fazer a prova, o exame de admissão. E eu passei. E ela também tinha o maior orgulho, porque ela queria que a gente tivesse uma educação de alta qualidade. E aí também, essa coisa da educação foi algo que está no âmago meu, é algo muito fundante para mim, a educação de boa qualidade. Hoje eu sou uma defensora também *full-time*, em tempo integral da questão da educação pública gratuita, integral, de excelente qualidade. Eu sou também uma devota dessa causa.

V.A. – Então, no Colégio Estadual, sofreu discriminação ali? Lembra de alguma coisa, ou não?

D.M. – Olha, para falar a verdade com vocês, eu não me recordo de discriminação racial no Colégio Estadual. Aconteceu um negócio interessante comigo lá. Eu era também uma aluna muito boa no Colégio Estadual, eu tinha o péssimo desempenho em matemática, mas eu era excelente em tudo, história, geografia, o português, eu sempre dominei o português. Mas aí eu era péssima em matemática e tomei bomba. Então, no ano seguinte eu detestava acompanhar as aulas. Porque eu sabia de tudo, só não sabia matemática. Então eu aprontei. Eu era levadíssima, aprontava no Colégio Estadual. Aquela menininha santinha, boazinha, ficou para trás e virei uma aluna que aprontava. E eu tinha mais duas amigas e no Colégio Estadual nós éramos consideradas o trio, a trinca. Somos amigas até hoje, graças a Deus. Duas amigas brancas. Eu tenho uma trajetória, vale a pena dizer, de contato, pela minha idade inclusive, eu sou uma mulher que vai fazer 61 anos em breve, de contato prioritariamente com pessoas brancas. Pelo fato do mundo em que eu vivi: uma pensão com pessoas brancas, não tive casa própria; fui para a Aliança Francesa, só tinha brancos; apenas a escola primária era mais racialmente diversa, mas o Colégio Estadual, por exemplo... Eu me lembro assim de dois colegas, meninos, jovenzinhos, mestiços, que a gente chamaria hoje de negro. Mas afora

isso, eu não me lembro de nenhuma menina negra no Colégio Estadual de então. Nenhuma menina negra. E aí, com essa “pintação” que a gente fazia, uma vez se reuniram para deliberar sobre a minha expulsão do Colégio Estadual. Se a questão racial fez parte da discussão nesta reunião, eu não tenho a menor ideia. Só sei que fui salva pelo gongo. Qual foi o gongo? Ponderaram que eu era uma aluna brilhante e que seria uma pena ser expulsa. Então eu continuei no Colégio Estadual, me formei lá, tenho a maior alegria, o maior orgulho de ter sido aluna do Colégio Estadual de Minas Gerais, sobretudo daquela época. Porque depois, infelizmente, o ensino da escola caiu demais, demais. E me formei no ginásio lá, e minha mãe sempre me acompanhando, me dando a maior força. Quando eu estava estudando... A minha mãe tinha que fazer o serviço meu também na casa.

V.A. – Você também tinha serviço?

D.M. – Tinha. Era uma pensão. É engraçado, há poucos anos atrás eu me dei conta: eu fui trabalhadora infantil, por que não? Eu era empregada doméstica também, apesar de não ter nenhum vínculo formal. Mas eu fui empregada doméstica quando era criança. A gente tinha que varrer, tinha arrumar a cama, tinha que fazer um tanto de tarefas domésticas. Porque como o serviço para a minha mãe era muito, elas naturalizavam aquilo: “Mas a sua filha pode ajudar.” E a minha mãe também tinha um lado de resignado dela, era um cristianismo que colocou aquela coisa do sofrimento sem reclamar: “Depois Deus vai compensar.” Então tinha esse lado também nela. E aí, o que acontece? Ela ia trabalhar, isto de trabalhar até meia-noite e de ir dormir muito tarde, é porque ela tinha que fazer o serviço para sobrar que eu tivesse mais tempo para estudar. E aí aconteceu um episódio, que eu gosto de relatar também, que mostra assim o esforço que a gente fez, ela e eu também, para conseguir o grau de ensino que a gente teve. Quando eu tinha que estudar também à noite, porque eu tinha algumas tarefas de dia, então eu compensava à noite, eu me recordo da patroa chegar, era aquela lâmpada que apagava assim, apagando a lâmpada, e em cima da mesa na qual eu estudava. Aí eu estudava à luz de vela. Era muito frequente, quando ela me flagrava, para não me indispor com ela e não ter briga, eu estudei muito à luz de velas. Então foi um esforço grande, minha mãe sabia disso, que ela tinha que fazer a minha cota de trabalho e ela fazia com o maior prazer, com a maior dedicação, nunca cobrou de mim, nunca. Durante os anos que eu fiquei assim com vergonha dela, sem querer andar com ela, nunca reclamou, nunca falou nada. Outra coisa que

ela falava: “Não dou motivo para ninguém ficar feliz quando eu chamo atenção sua.” Eu podia aprontar, apesar de aprontar pouco, eu sempre era uma boa menina. Mas se eu aprontasse, ela não chamava a minha atenção na frente das patroas. Podia esperar horas, chegar de noite, na hora que ela ia deitar e eu também, aí ela escondidamente me chamava a atenção: “Você não pode fazer isso.” Mas na frente dos outros... Ela mesmo falava: “Não dou gosto para ninguém ouvir eu chamar a atenção de ninguém.” Então eu cresci com um senso de ser respeitada por ela de forma extraordinária, fantástica. Vocês vão me cortando se eu estiver falando muito. Aconteceu um episódio muito interessante na minha vida, que foi eu sair para o carnaval. Era carnaval e lá fui eu toda fantasiada para o carnaval. Na hora que eu voltei, à noite, quando eu vi a casa estava cheia de gente. Até eu chegar lá no meu quarto, lá nos fundos para trocar a minha roupa de carnaval, eu teria que passar por muita gente. E eu falei: “Não. Eu morro de vergonha desse povo todo me ver fantasiada, os hóspedes, as donas me verem fantasiadas.” Aí sabe o que eu fiz? Eu pulei uma grade, fiz a coisa assim mais extravagante, com a maior dificuldade, pulei o muro e cheguei na porta da cozinha e bati. Quando ela me viu, sabe o que ela fez? “Não vou abrir a porta.” Aí eu tive que subir de novo a escada, para voltar para passar, tipo assim: “Você tem que enfrentar, você tem que ser você mesma. Você tem que enfrentar o mundo.” Ela não abriu a porta. Você acredita? Não me deu uma colherzinha de chá. Tive que dar a volta toda, aquele “trem” complicado, arriscando me arranhar toda na grade. Dei a volta, passei no meio de todo mundo e cheguei lá. Mas ela era assim, uma pessoa vibrante, de muita alegria também, nessa vida de sofrimento dela, de privação. A gente tinha... nessa pensão a comida era controlada. Então ela tinha que pôr o bife no prato e o arroz e o feijão por cima. Fruta, ela tinha que comprar separado, manteiga era em separado porque a gente não tinha direito de comer pão com manteiga. Aí eu me lembro que mesmo assim, uma delas, que era a pior delas, levantava e falava assim: “A manteiga de vocês não gastam.” Tipo assim: “Vocês só comem das coisas de vocês quando a gente está por perto. Quando a gente vira as costas vocês comem das nossas coisas.” Então havia um controle de comida, era uma vida extremamente cerceada, completamente cerceada. Muito difícil. Aí, com 15 anos, eu caí do cavalo. Mas não literalmente, simbolicamente. E me dei conta de que eu estava do lado errado. Como é que pode? Eu tenho que estar do lado da minha mãe e não do lado delas. Aí eu voltei para a casa. É um episódio muito bonito da minha vida. Eu gosto muito de relatar, que eu estava morando na casa dos outros, sonhava em morrer cedo, morrer jovem para ficar livre daquela vida de humilhação, de regulação, de

discriminação. Sonhava em ser freira. Eu sonhei várias coisas. Então eu ficava, às vezes saía, ficava andando, ia para um convento que tinha lá perto, ficava rezando, muito chateada por morar nesse lugar. E eu já mocinha, só saí de lá com 17 anos. E um dia, nessas várias buscas, e aí eu deixei também... Teve uma época que eu deixei de ser católica, porque eu falava: “Gente, esse povo fica aí comungando, vai à missa, faz isso, faz aquilo, e oprimindo a gente, humilhando a gente e tratando a gente com discriminação. Esse Deus eu não quero.” Então eu fiquei fazendo buscas. Eu tinha um professor no Colégio Estadual maravilhoso, que era espírita. A gente leu vários livros espíritas. Aí um dia, lá perto da minha casa, tinha um centro logosófico. Aí eu fui numa reunião deles e perguntei se eles aceitavam, eu já tinha uma pré-consciência racial, como era essa coisa das pessoas negras, porque eu não estava vendo gente negra lá e tal. Eu tinha 15 anos. E quando eu saí à noite, desse centro logosófico, tinha uma chuva fininha, eu andando nessa chuva, aí, eu gosto de fazer comparação com São Paulo na estrada de Damasco. A minha estrada de Damasco foi a rua Ceará em Belo Horizonte. Eu devia estar assim com a cabeça pensando em mil coisas, e tive aquela intuição: “Eu estou do lado errado.” Aí eu cheguei em casa e me reconciliei com a minha mãe. E também comecei a ler a Bíblia, eu tenho uma bíblia exatamente dessa ocasião, era uma bíblia velha, de segunda mão, eu tenho ela até hoje. Então a partir daí eu vi um outro Jesus, um Jesus dos pobres, com 15 anos. E aí eu comecei, e aí foi aquela paixão. Dos meus 15 anos até o ano passado a gente era assim, eu brincava com ela: “Aonde a vaca vai o boi vai atrás.” E como eu sou mulher, eu falava assim: “Aonde a vaca vai a boia vai atrás.” Então, de lá para cá, a gente foi assim extremamente unida, extremamente afetiva, a nossa relação extremamente poderosa, de solidariedade, de compromisso. Maravilhosa a nossa relação. Ela era apaixonada por mim, só vivia me divulgando e eu só vivia divulgando ela para onde eu ia. Uma paixão fora do comum, dos 15 anos para cá. E aí continuamos nessa vida até os 17 anos.

Um pouquinho antes dos meus 17 anos, meu irmão, que sonhava em morar com a gente, não queria mais morar com os pais adotivos dele, mandava cartas chorosas para a minha mãe: “Ah, a Diva. A Diva que é feliz porque mora com a senhora. Eu não moro com a senhora...” E os dois trocavam cartas chorosas, muito sentimentais. E aí ele veio para Belo Horizonte morar com a gente e aí ele não podia morar com a gente, ele morava num quarto perto da pensão. Aí a minha mãe falou: “Não. Já está no tempo. Você mocinha, ele aí, nós temos que juntar a família...” Aí ela não tinha dinheiro para comprar um lote, para fazer uma casa, nada disso. Então ela, não sei se já tinha comprado ou ia comprar um barracão numa

favela. Aí uma das pessoas, parentes, que vinha a Belo Horizonte de vez em quando, que pelo parentesco com essas senhoras que eram patroas nossas, ela virou e falou assim: “Não. A Diva está mocinha...” O preconceito contra a favela é antigo, não é? “De jeito nenhum que você vai morar em favela. Imagina se você vai levar sua filha para esse lugar.” Aí conseguiu uma casa cedida para a gente, nós ficamos nesta casa. Ou seja, ela tirou da cabeça da minha mãe a ideia de que a gente ia morar em favela. E aí em seguida a gente foi morar num cortiço, porque o pessoal voltou para morar nesta casa, a gente não podia ficar mais lá, e a condição financeira dela... Ou seja, ela saiu, após treze anos de trabalho nesta casa, sem dinheiro para nada. Isso aí era o corriqueiro, o usual naquela época. Não tinha dinheiro para nada, não tinha acumulado pecúlio nenhum, não tinha dinheiro para comprar um terreno, apesar de barato naquela época. E aí, o que nós fomos fazer? Fomos morar num cortiço. Foi também um período muito complicado da minha vida, porque eu assim já com amigas, o meu mundo era um mundo de classe média, classe média branca e morando num cortiço. Cortiço mesmo. Se vocês puderem imaginar assim alguma coisa de péssima qualidade, esse cortiço estava abaixo, abaixo, abaixo ainda. Então eu tinha um complexo de morar neste lugar que vocês não queiram imaginar.

A.P. – Isso com 18 anos?

D.M. – Eu fui para lá devia ter 18 anos, exatamente. Porque nós saímos dessa casa, eu com 17, moramos um pouco. Eu devia ter 18 anos. A gente deve ter morado lá uns dois anos, no máximo. Então eu tinha muito complexo. Agora, aconteceu um negócio fantástico quando eu fui morar neste cortiço, porque o cortiço era perto do convento dos dominicanos. E nesta ocasião o convento dos dominicanos era um centro de discussão política e de teologia de libertação. Não tinha esse nome não, mas era uma teologia progressista. Os padres engajados nos movimentos sociais... tinha um fervedouro naquela época no convento dos dominicanos. A primeira vez que eu ouvi o nome Karl Marx foi no convento dos dominicanos, numa palestra sobre marxismo no convento dos dominicanos. Então aquilo foi, assim, um achado para mim. E eu comecei a participar do movimento jovem ligado à Igreja Católica. E foi uma experiência muito rica, porque era uma religiosidade conectada com a prática social, com discussão de conjuntura, análise de conjuntura naquela época. Foi muito rico. Aí, durou pouco, porque veio o golpe militar de 64. E aí os dominicanos, o convento foi invadido na



madrugada, eles nem esperaram o dia primeiro de abril acontecer. Foi no dia 31 de março, na madrugada já ocuparam o convento dos dominicanos, levaram presos os frades, naquela época o frei Beto era noviço no convento dos dominicanos. Tinham vários dos padrezinhos que depois foram até exilados, assassinados. Então foi uma experiência muito rica, de abertura da consciência crítica, política. E isso já vinha desde o Colégio Estadual, porque as discussões de nacionalismo, entreguismo, já entravam, os grêmios estudantis já tinham colocado essa discussão no Colégio Estadual de Minas Gerais. Então eu me politizei muito precocemente. Eu era uma adolescentezinha e já participando e defendendo o João Goulart naquela época, e já com aquele espírito antiamericanismo. Então foi uma realidade interessante.

V.A. – Quando vocês saíram da pensão a sua mãe continuou trabalhando em outros lugares, ou na pensão?

D.M. – É importante dizer que uma outra senhora da pensão trabalhava no Instituto de Educação de Minas Gerais, que era uma escola muito, naquela época, eu estudei até lá um ano, era uma escola de muita reputação, de excelente qualidade. Essa senhora trabalhava lá, aí consegui um emprego para a minha mãe de servente escolar. Foi ótimo! Ótimo de um lado, porque a minha mãe estava empregada. De outro era época, se não me falha a memória o governador era Magalhães Pinto, porque foi o governador do golpe, eu não me lembro quem era o governador antes dele; mas deve ter sido o Magalhães Pinto; o estado não pagava. Então a gente ficava sem dinheiro para nada. Nessa época a gente “passava mal de boca”. Passar mal de boca na linguagem de mineiro é faltar comida. Faltava comida. Então o que a minha mãe fazia... E veio uma neta dela morar com a gente. Então éramos quatro.

V.A. – Neta de...?

D.M. – Da minha mãe.

V.A. – Filha da sua irmã?

D.M. – Filha da minha irmã. Minha mãe quis trazer a minha irmã e trouxe a minha irmã para cá uma ocasião, para estudar, porque ela ficava muito preocupada de deixar a minha irmã lá na roça, na zona rural, analfabeta. Então trouxe a minha irmã para cá, mas a minha irmã nesta ocasião, eu acho que ela tinha quase 17 anos, e ficou trabalhando como empregada doméstica numa das casas vizinhas da pensão. Aí a minha irmã já tinha um namoradinho e não teve interesse em morar aqui. Não gostou daqui. Então minha irmã até hoje não sabe escrever o nome.

V.A. – E é desse namoradinho que nasceu a neta?

D.M. – Não, aí ela se casou depois e teve oito filhos. E uma das netas veio morar conosco. E a gente não tinha dinheiro, a gente vivia, nesta ocasião, de lavação de roupa que ela fazia. Então ganhava aquele dinheiro. Ela trabalhava de dia e quando chegava do serviço lavava roupa, passava roupa madrugada adentro, e tinha que acordar no dia seguinte cedo, porque chegava muito cedo na escola. Então a gente vivia da lavação de roupa dela até os 18 anos, quando eu comecei a trabalhar também, com 18 anos no estado. Eu fui servente também no estado de Minas Gerais, da Biblioteca Pública de Minas Gerais, eu ficava fazendo limpeza lá. Isso também era um fator de complicação na minha vida. Porque eu, servente... Na verdade, depois que o pessoal falou: “Diva, você tinha que ter me falado.” Porque eles arrumaram emprego para mim, me colocaram lá como servente, eu não reclamei, e essa pessoa que me arrumou o emprego depois falou: “Gente, mas não era para você trabalhar como servente.” Porque eu, com 18 anos, já estava formada no ginásio. Então eu ficava morrendo de vergonha...

A.P. – E falava francês.

D.M. – É. E eu na Aliança Francesa e servente escolar. Então era aquele drama. Sabe quando às vezes você vê uma pessoa conhecida e finge que não vê? A minha sorte é que eu trabalhava na seção infantil da Biblioteca Pública. Então menos mal. Mas eu sempre vivi uma vida assim, cheia de contradições. E tendo, como diz o Goffman,<sup>1</sup> que esconder, deixar na sombra parcelas da minha vida para determinados públicos não enxergarem. Mas então, aí

---

<sup>1</sup> Provavelmente ela refere-se ao Erving Goffman, antropólogo.

financeiramente começou a melhorar, mas eu estava muito incomodada com duas coisas: com o fato de morar num cortiço e com o fato de trabalhar como servente no estado. Aí eu tinha gente amiga que morava em São Paulo, que tinha se mudado para São Paulo, e que era uma família branca muito ligada ao convento dos dominicanos. Aí eles me chamaram.

A.P. – Desculpa, Diva, é que está encerrando aqui e eu vou trocar a fita. Então parei.

D.M. – Sem problema. É até bom, porque eu vou fazer o seguinte, vou fechar aquela porta por causa do telefone aqui de cima, vou ao banheiro, e se alguém quiser ir ao banheiro ou beber aguinha...

V.A. – Eu agora não preciso não. Daqui a pouco eu acho que vou precisar.

[FINAL DO DISCO 1]

V.A. – Então, nós estávamos na família que você conhecia do convento dos dominicanos e essa família estava em São Paulo.

D.M. – Agora, para vocês entenderem, tem um lapso aí, que eu esqueci de mencionar, que foi o seguinte: depois do ginásio, eu, influenciada por outras amigas que foram fazer medicina, eu pus na minha cabeça que eu também ia fazer medicina. E fui fazer o científico na ocasião. E não dei conta, claro. Não tinha nada a ver com física, com matemática de novo, com química. Então parei de estudar. Não aguentei o científico e parei de estudar. E também naquela época, por causa dos meus contatos, da minha vivência na Igreja Católica, tinha uma tendência de padres operários, essa coisa de que estudar não tinha sentido, que a gente tinha que ser autêntico, morar num bairro operário, viver como os operários e tal. Aí eu também achei que não precisava estudar mais não, estava bom. A gente ia fazer a revolução, entendeu? Não precisava estudar. Então, neste período aí em que eu estava morando neste cortiço eu estava sem estudar, e consegui este emprego. Mas fiquei muito pouco tempo neste emprego de servente da Biblioteca. Neste período a minha vivência no movimento jovem da Igreja Católica é muito intenso. A gente tinha muitas reuniões, fazíamos peregrinações para a serra da Piedade, aí em Caeté, a pé. Então era uma vida muito rica, com muita atuação no

movimento social. Era uma vida extremamente divertida inclusive, porque tinha a turma do violão e eu adorava cantar. Então era realmente uma vida muito divertida, muito interessante, de muito aprendizado. Então, deixa eu ver que ano foi, eu fiz 20 anos em São Paulo, eu tinha 19 anos e fui para São Paulo morar com este casal, uma família branca. Nunca tive problema com eles, em termos de relacionamentos. Eles eram extremamente progressistas. Ele inclusive acabou sendo preso e torturado na época da ditadura, ele estava envolvido com os grupos militaristas. Era um ex-banqueiro que acabou se envolvendo, família tradicional...

V.A. – Como era o nome dele, você se lembra?

D.M. – Claro. É o Antônio Ribeiro Pena, está vivo ainda, somos amigos até hoje. E Auxiliadora Ribeiro Pena. E na casa deles também abrigavam gente que estavam escondidos da polícia. E eles começaram a participar de reuniões clandestinas e esse pessoal acabou na cadeia. E foi aquela prisão coletiva que houve quando o Carlos Marighella foi assassinado, aí sobrou para esses meus amigos também. Então, na casa deles a gente conheceu várias lideranças importantes que passavam por lá. Eles tinham uma casa muito chique nos Jardins, em São Paulo, e era um ponto de reunião de gente que estava na total clandestinidade. E aí o que aconteceu? Eu devo ter ficado em São Paulo mais de um ano. Aí eu fiquei incomodada com uma coisa que era importantíssima para mim: “Eu tenho que voltar a estudar.” E eu já estava numa idade em que já deveria estar terminando o segundo grau. Quer dizer, na minha época não tinha segundo grau, o clássico ou o científico, pela minha idade. Aí eu fiquei muito incomodada com aquilo: “Poxa, as minhas amigas, as minhas colegas estão terminando o clássico ou o científico e eu aqui apenas com o ginásio.” Aí eu falei: “Eu tenho que tirar o atraso. Tenho que resolver essa questão da escolaridade.” E como eu não conhecia muita gente em São Paulo, eu falei o seguinte: “O negócio é eu voltar para Belo Horizonte. Lá eu conheço todo mundo, eu tenho os canais.” Mas antes de voltar para Belo Horizonte, eu comecei a ir toda a tarde para a Biblioteca Pública de São Paulo para estudar. Eu ficava lá, comprava caderno e ficava, não tinha dinheiro para comprar aqueles livrões, então ficava fazendo anotações e estudando. Toda tarde. Eu passava a tarde inteirinha e de noite eu estava voltando para a casa. Todo santo dia eu ia à tarde, porque eu tinha que almoçar primeiro. Então passava a tarde inteirinha. E aí o que eu fiz? Eu fiz um negócio muito doido, que foi o

seguinte: Madureza<sup>2</sup>. Você se lembra do Madureza, não é? Eu tinha que fazer o Madureza. Mas na ocasião, eu não me lembro exatamente, eu não poderia fazer todas as matérias de uma vez, a tempo de fazer o vestibular no ano seguinte. Eu já tinha começado a fazer o Madureza lá atrás. O francês, que eu sabia de cor e salteado, eu acho que o português, já estava liquidado. Mas eu tinha parado o Madureza também. Ou seja, não me lembro os detalhes, isso também não vem ao caso, mas acontece o seguinte: no ano seguinte eu estava na universidade sem ter o diploma de clássico ou científico.

A.P. – Você passou no vestibular?

D.M. – Passei no vestibular.

V.A. – E não tinha feito todas as cadeiras do Madureza?

D.M. – Não. Eu era uma ginasiana que estava na universidade no ano seguinte.

V.A. – Em São Paulo ou já aqui?

D.M. – Não. Eu vim para cá, eu falei assim: “Lá em Belo Horizonte eu conheço as pessoas, eu resolvo.” Aí vim para cá e passei super bem no vestibular, porque eu estava super preparada. Quando eu vim para cá para as eleições, eu voltei para a minha casa no cortiço e lá não tinha lugar para estudar. Então eu fiquei trancafiada no convento das beneditinas, só voltava... nas vésperas do vestibular, nem no final de semana eu ia visitar a minha mãe. Então assim estudando, eu só tirava os minutos das refeições e o tempo de dormir, estudando para prestar o vestibular. Passei para a Universidade Federal de Minas Gerais em jornalismo, em 1967. Passei no vestibular e fui fazer jornalismo. E aí aconteceu um negócio muito pitoresco, porque eu não tinha coragem de ir lá, com medo do meu nome não estar na lista e eu fazer aquele papelão diante de colegas que eu não conhecia. Aí mandei uma dessas amigas da época do Colégio Estadual, eu falei: “Jerusa vai lá e vê se o meu nome está na chamada e se os professores já estão fazendo chamada com o meu nome.” Porque, é claro, na hora que eu

---

<sup>2</sup> Madureza foi um curso de educação de jovens e adultos implementado através da Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

fui fazer a matrícula eles falaram: “E o diploma do clássico?” Eu falei que tinha feito clássico. Não, eu falei que era Madureza. Aí eu menti descaradamente, eu falei: “O negócio é o seguinte: eu fiquei sabendo que passei no vestibular ontem.” Claro que eu fui fazer a matrícula na véspera de fechar a matrícula, para não dar tempo. Aí eu falei o seguinte: “Eu sou do interior, eu teria que viajar para a minha terra para pegar esse diploma. Pelo amor de Deus, deixa eu fazer essa matrícula!” Era uma mulher com muita má vontade: “Olha, eu vou deixar, mas está pendente aqui. Você tem que trazer esse documento para mim.” “Pode deixar. Eu trago sim esse documento.” E não fui lá e as aulas começaram. Aí eu fiquei com medo: “Será que meu nome está lá?” Aí a minha amiga falou: “Diva, você está perdendo aula.” Aí entrei. Entrei para estudar num prédio que eu tinha colocado os pés nele ainda em construção, abracei uma pilastra deste prédio em construção e disse o seguinte: “Um dia eu vou estudar aqui!” E estudei no prédio da Fafich.<sup>3</sup> Da Fafich, que nem é mais, agora está tudo no campus. Então foi uma experiência, em termos de aprendizado foi fraco. Infelizmente aquela universidade do final da década de 60 já estava começando... Não era a universidade, o curso não era aquela beleza. Então eu costumo falar que, em termos de quantidade e qualidade, o que eu aprendi no Colégio Estadual de Minas Gerais foi muito mais significativo, relevante do que o que eu aprendi na Fafich, no curso de jornalismo. De qualquer jeito, fiz meu curso, terminei meu curso...

V.A. – Mas e o Madureza? Usou os canais?

D.M. – O Madureza foi o seguinte: usei os canais. Claro que usei os canais.

V.A. – Quais eram os canais?

D.M. – Toda vez que eu passava pelos corredores da Fafich e via: “Alunos que devem documentos.” Eu chegava para ver se era do curso de jornalismo. Não era, que alívio. Olha, aí eu relaxei. Quando chegou o mês de julho, nas férias, teve Madureza num colégio católico cujo padre eu conhecia. Ele deixou eu fazer tudo, não precisei pagar nada. Aí eu fiz todas as matérias, peguei meu diploma de Madureza, eu não tive nem pressa de voltar na faculdade: “Quando as aulas começarem eu levo.” Aí eu me lembro perfeitamente, eu sou amiga deste

---

<sup>3</sup> Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

cara até hoje, aí eu entreguei para ele e falei o seguinte: “Faz o favor de colocar este envelope...” Nem falei o que tinha ali. “Junto com a minha pasta.” Ele pegou, não abriu, deve ter colocado daquele jeito. Ou seja, nunca ninguém falou: “Mas que ‘trem’ esquisito, você estava no ginásio e entrou para a faculdade, e meses depois que você foi fazer o Madureza...?” Nunca ninguém perguntou, graças a Deus. E aí terminou a minha escolarização em 70. Mas eu saí da faculdade muito frustrada, achei o curso muito fraco.

A.P. – Mas Diva, você entrou em 67 numa universidade federal, e o mundo está pegando fogo...

D.M. – Exatamente.

A.P. – Em 68 o Luther King é assassinado, e as lutas de libertação...

D.M. – Isso tudo repercute...

A.P. – Numa faculdade de jornalismo...

D.M. – Repercute profundamente na gente. O assassinato de Luther King, o assassinato de Kennedy, depois o assassinato de Robert Kennedy, tudo isso repercute. E neste ínterim, eu tenho que falar para vocês também, isso foi em 1968, e a gente com um pé na faculdade e um pé na luta contra a ditadura, participando de manifestações, passeatas estudantis contra o acordo MEC-Usaid, na época, os estudantes batendo contra o acordo MEC-Usaid. Então a gente nas ruas correndo de polícia, correndo de bomba de gás lacrimogêneo, uma vida muito... Eu tinha a minha inserção na faculdade, a minha inserção no movimento jovem da Igreja Católica, então eu era uma pessoa extremamente ativista. E aí, em 68, o que acontece? Eu conheço o pai da minha filha, que era do Partidão, do glorioso Partido Comunista Brasileiro em 68, em maio de 68, em manifestações por causa do 1º de maio, nas manifestações operárias. Eu também tenho uma inserção no movimento sindical a partir da amizade com ele. Depois a gente começou a namorar e tal. Eu era muito ligada a ele. Até hoje somos ótimos, apesar dos mais de vinte anos de separação.

V.A. – E como é o nome dele?

D.M. – José Francisco Neres. Então fui para o Partidão. Devo ter entrado para o Partidão em 68, porque o conheci em 68. Eu me lembro perfeitamente, por causa do AI-5. E nisso, a minha mãezinha, aonde eu ia, ela ia participando de tudo. Ela fez comida em reuniões clandestinas, topava andar de carro deitada para não ver quando chegava perto dos lugares. A gente tinha que deitar para ninguém descobrir, o carro entrava na garagem, para depois, se você fosse torturada, não falar para onde foi. Não tinha nem jeito de falar onde foi, porque a gente não via. Quando começava a chegar perto da tal da casa, o tal do lugar da reunião, a gente tinha que deitar. E ela topava numa boa, toda atuante, participou de movimento feminista pela anistia, já correu também de polícia, toda alegre, toda feliz. E ela começou a se politizar quando a gente foi para a Serra, morando nesse cortiço, porque através do convento dos dominicanos ela foi fazer o método de alfabetização Paulo Freire, Método de Educação de Base. Ela participou de grupos de MEB. Então aí ela ficava super feliz, já dava conta de escrever carta, já dava conta, ela passou a ler, lia com dificuldade, ela não fazia nenhuma leitura rápida, mas aquilo era uma maravilha. E até com mais de 80 anos da vida dela, ela falava assim: “Se eu pudesse eu voltava a estudar.” E ela voltou a estudar quando veio para cá, mas aí não aguentou, porque não tinha um método de alfabetização para adultos, então eles usavam aquelas leiturazinhas idiotas. Ela teve que ler estórias, ouvir estórias de Rapunzel. Ela falou: “Diva, não aguento. Vou largar essa escola.” E largou por causa de *Rapunzel*, *Chapeuzinho Vermelho* e tal. Não tinha nenhuma adaptação ao público adulto, não tinha essa coisa de educação de jovens e adultos naquela época. Quem estava criando isso era a Igreja Católica e os movimentos sociais através do método Paulo Freire.

V.A. – Você estava falando que vocês ficavam escondidas no carro e não sei o quê; lá em São Paulo o casal foi preso, você estava morando lá?

D.M. – Não. Eu já não estava morando lá. Não estava. Eu vim de lá... Eu fiz 20 anos lá, ou seja, em 66. Em 66 eu vim de lá.

V.A. – Depois voltou...?



D.M. – Então, na época... Senão, claro, teria sobrado para mim também. E no caso deles foi muito pior, porque eles estavam participando de luta armada contra o regime militar.

A.P. – E a sua mãe participando disso tudo, frequentando, abaixando lá no carro e etc., a consciência racial desperta?

D.M. – Não emergia. Não emergia em mim.

A.P. – Como era esse processo de...?

D.M. – Aí eu tenho uma história para contar para vocês, que é o seguinte: em todos esses movimentos sociais, em todos esses contextos sociais dos quais eu fiz parte, em toda a minha rede de relações, *nunca* a questão racial emergiu! Era uma coisa que não existia. Não era que as pessoas, assim: “Eu gostaria de perguntar para a Diva sobre o fato dela ser negra, não sei como é que ela vai reagir...” Não, eu acho que nunca passou por nenhum amigo meu, por nenhuma amiga minha, que essa questão existisse: no Partido Comunista, nada; na Igreja Católica, nada: éramos todos filhos de Deus na Igreja Católica. No movimento estudantil, nos movimentos de esquerda, essa questão não emergiu. Essa questão sequer poderia ter sido chamada na época de epifenômeno, de uma questão de superestrutura, porque essa questão não existia. Não existia, era a invisibilidade total e absoluta da questão racial naquela época. E eu comecei assim, quando eu fui fazer mestrado, a primeira vez que uma pessoa me chamou de negra e falou assim: “Você gostaria que eu te apresentasse ao professor Frank Bonilla?” Foi um professor louro de olho azul, na Ciência Política.<sup>4</sup> Ou seja, eu já era velhinha, com meus “vinte e caquerada...” quando eu estava na Ciência Política. Foi ele que falou na maior naturalidade. Mais ninguém, nenhum professor meu, ninguém...

A.P. – Mas falou como?

D.M. – Falou de uma forma gostosa. Eu descobri ele recentemente, professor Benício Viero Schmidt. Você vê pelo sobrenome, é lourinho e tal. Professor da Universidade...

---

<sup>4</sup> No Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

V.A. – Não entendi. Frank Bonilla? Não entendi então.

D.M. – Não. É porque Frank Bonilla era um pesquisador do Caribe que morava nos Estados Unidos e que trabalhava com a questão racial. Aí ele chegou para mim para me perguntar se eu gostaria que ele me colocasse em contato com o Frank Bonilla, eventualmente um dia ir para os Estados Unidos para pesquisar, estudar com o Frank...

A.P. – Porque você era negra?

D.M. – Porque eu era negra. Foi a primeira pessoa que fez esse tipo de abordagem.

V.A. – E o nome dele é Benício?

D.M. – Benício Viero Schmidt. Esse Schmidt aí é de alemão mesmo. Ele ficou muito feliz, recentemente eu o descobri na Universidade de Brasília, falei que quando eu voltar a Brasília eu quero achá-lo, a gente trocou *e-mails* e ele ficou muito feliz. Eu falei para ele: “Olha, eu estou aqui fazendo a minha autobiografia e não posso deixar de te mencionar.” Mas então, naquela época, o que eu comecei a fazer foi assim... A questão racial estava no porão, no porão da minha mente. E aí, alguma outra coisa que aparecia, uma palestra, eu ia. Algum livro que caía na minha mão... Por exemplo, eu li, muito lá para trás, um livro de James Baldwin. Muito jovem eu li um livro dele e deste livro eu aprendi uma lição que se encarnou em mim profundamente: os negros têm que fazer o dobro do que os brancos fazem para serem reconhecidos pelo menos a metade. Então essa questão do desempenho excelente, de ser muito boa, de pelo menos tentar ser muito boa, fazer o melhor, ser muito exigente, rigorosa, está muito presente em mim, e isso eu devo a um autor americano chamado James Baldwin.

A.P. – Mas isso você leu pequena ainda...?

D.M. – Muito jovenzinha.

A.P. – Porque no primário você comentou essa necessidade de ser melhor, de estudar mais...

D.M. – Eu não me lembro quando.

A.P. – Mas ainda bem pequena?

D.M. – Não me lembro por que cargas d'água um livro de James Baldwin caiu... Agora, eu era muito interessada, eu era de ir para as bibliotecas. A gente não tinha dinheiro para comprar livros, mas ia muito às bibliotecas. Eu era uma adolescentezinha com ficha em duas bibliotecas. Então esse livro deve ter caído numa dessas vezes. Porque é uma coisa muito lá para trás, que eu me lembro dessa fala do James Baldwin.

V.A. – E a outra coisa foi a sugestão do Frank Bonilla?

D.M. – É. Mas eu não me interessei, eu já devia estar, já estava com mil inserções aqui, então eu não me interessei na questão racial. Mas aí, pouco depois, estive, jovem ainda, quem na Universidade para falar da pesquisa que estava realizando? Thomas Skidmore é convidado para fazer uma palestra para falar da pesquisa que derivou no livro *Preto no branco*. Então, a partir da ciência política, meu interesse teórico pela questão aumenta. Agora, vale dizer que não tinha movimento social negro naquela época. Tinha...

A.P. – Mas isso, porque você entra na ciência política em 72, não é?

D.M. – É.

A.P. – Durante a universidade, entre 67 e 70, você comentou que chegavam notícias de Luther King...

D.M. – Chegavam.

A.P. – E essas notícias não traziam o elemento racial à tona? A coisa dos direitos civis...?

D.M. – A gente sabia.

A.P. – As lutas africanas?

D.M. – Nós sabíamos da luta dos negros, do sofrimento dos negros, da segregação racial...

A.P. – Mas aqui era diferente...

D.M. – É claro: “Graças a Deus a gente não está lá!” Essas informações, eu era uma pessoa muito bem informada porque eu estava no movimento político e no movimento social. Então essas informações... Além disso, naquela época eu assistia um pouco de televisão. Hoje zero de televisão. Mas naquela época eu assistia um pouco de televisão. Então a gente estava acompanhando, seguramente... Não me recordo se os estudantes realizaram algum protesto pela morte do Luther King. Não me recordo de nada disso, mas a gente sabia, estava acompanhando sensibilizada a questão racial nos Estados Unidos. Mas aqui era outra coisa.

A.P. – Aí, na Ciência Política, conhecendo o Skidmore...?

D.M. – Mas aí, a questão teórica apenas, o interesse pela temática racial. E eu me recordo de ter havido um encontro de pessoas negras aqui, porque eu me recordo de gente assim, de trancinha. E teve também um evento na Escola de Direito, eu fui convidada, até falei. Então esta é a minha pré-história de ativismo negro. Tem assim, de forma rudimentar na minha memória, algumas pessoas negras que vieram para cá. É claro que já existia, em Minas Gerais, tem uma experiência de articulação em torno da questão racial, que vem da década de 50, mas era alguma coisa que não passava por mim. Não passava por mim por quê? Porque eram pessoas que não estavam no meu circuito de universidade, de movimento social progressista. Eram pessoas negras, uma senhora inclusive, ela está viva ainda, cujo pai foi da Frente Negra Brasileira, veio de São Paulo e criou aqui em Belo Horizonte, digamos, uma célula da Frente Negra Brasileira. Mas o que esse pessoal fazia era mais aquela preocupação em que os negros deveriam se comportar bem, as meninas negras estudarem, se comportarem... Eu vi depois vários materiais deles, recortes de jornal, faziam concursos de miss, tinham encontros sociais. Então era tudo aquilo que eu não gostava, que não tinha nada a ver comigo. Mas mesmo isto, não chegou. Porque eram circuitos diferentes: o pessoal

morava no bairro Santa Efigênia, eu morava em outra região. Quer dizer, o meu relacionamento, a minha vida social e política se dava noutros fóruns. Nos quais a temática racial não chegar nem sequer na porta.

A.P. – O nome dessa filha do membro da FNB?

V.A. – Do frentenegrino?

D.M. – Dona Efigênia Carlos Pimenta. O pai dela devia se chamar... o pessoal chamava de coronel Carlos, uma coisa assim. Ele era militar. Dona Efigênia está viva.

A.P. – E na década de 70, nesse iníciozinho, não surge nenhuma entidade mais vinculada às lutas de esquerda, nenhuma entidade do movimento negro aqui?

D.M. – Não.

A.P. – A primeira que você tem notícia, de quando é aqui, em BH?

D.M. – Vocês vão entrevistar hoje à tarde o Marcos Cardoso, e o Marcos Cardoso é um dos pioneiros do MNU aqui em Belo Horizonte. Ele deve falar de finais de 70.

A.P. – Que aí já vinculado ao MNU nacional, MNUCDR...?

D.M. – Aí, no bojo da emergência de todos os movimentos sociais, emerge também o movimento negro. Esse movimento negro contemporâneo é alguma coisa que não existia. Eu também não podia nem estar inserida numa coisa que, a rigor, nem existia. Como aqui em Belo Horizonte, na época, não existia movimento feminista. Foi posterior.

V.A. – E quando surge o movimento negro em 78, você toma conhecimento? Ou também ainda não era o mesmo circuito?

D.M. – Eu sei que existe, apesar de não ser o mesmo circuito. Eu sei que existe, mas eu ainda não tinha politizado a questão racial.

A.P. – Mas já tinha um interesse teórico.

D.M. – Teórico apenas. Mas eu não tinha me engajado nas lutas antirracistas. Isto vai acontecer sabe quando? Tardiamente. Eu já tinha 40, 41 anos no surgimento da Casa Dandara. E como isso acontece na minha vida? Eu estava lendo um livro de Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*. E o Florestan, vocês conhecem esse livro, é um clássico da sociologia brasileira no que diz respeito à questão racial, então ele fala que no pós-abolição as entidades do movimento negro que surgiram tinham dificuldade de se manter porque faltavam quadros qualificados, faltava dinheiro. Então a dificuldade “de institucionalizar o meio social negro”. Isso é uma expressão do Florestan Fernandes. Aí eu, de novo, caí do cavalo. Aí eu não estava em nenhum caminho, eu estava aqui em casa mesmo. Eu falei: “Puxa vida, eu com 40 anos, com toda esta bagagem, com toda esta capacidade, eu não fiz nada em termos concretos para o meu próprio povo.” E aí, eu não me senti motivada pelo MNU. Eu achava o pessoal, dentro da minha visão marxista que eu nunca abandonei – é interessante porque eu lido com a questão racial sem ter abandonado também o paradigma de classe, eu nunca joguei o velho Marx e companhia limitada no lixo. Então o que acontece? Eu achava o MNU sectário, não tive motivação para entrar no MNU não. Aí, eu falei: “Não. Agora eu tenho que fazer alguma coisa.” E saí do Partido Comunista, a minha ideia era que a minha inserção no movimento negro não fosse percebida pelas pessoas como sendo algo vinculado ao Partido Comunista. Então saí sem briga. Não teve briga nenhuma. Eu sou uma pessoa que tem a maior gratidão, eu tenho muito orgulho do meu passado, não acho que fiz nenhuma opção errada no meu passado, mesmo as maluquices. Eu participei de uma “marcha com Deus pela família e pela liberdade”. [riso] Não entendi o que era aquilo, mas como eu entrava em tudo, era uma agitação, aquele povo entupindo as ruas de Belo Horizonte, padre Payton... Eu tenho até hoje uma dedicatória no meu caderno do padre Payton. Participei, até esse lado...

V.A. – Como é que se escreve esse padre, não conheço.

D.M. – É um padre americano, financiado pela CIA, que veio organizar no Brasil as marchas com Deus pela Liberdade, que ajudaram a criar o clima golpista contra o João Goulart.

V.A. – Pré-64.

D.M. – Exatamente. Eu participei da marcha que teve em Belo Horizonte, católica e tal. A gente não entendeu direito que estava do lado contrário. Eu tenho um amigo que fala assim: “Eu achei que só eu que tinha o meu lado negativo. Você também.” Ele fica todo feliz. Mas eu falo: “Pois é, mas eu estava lá na marcha do padre Payton.”

V.A. – Você disse que saiu do Partido Comunista para fundar a Casa Dandara.

D.M. – A Casa Dandara. Porque eu falei: “Agora eu vou dedicar toda a minha energia, todo o meu tempo, toda a minha capacidade intelectual vai estar voltada para a questão racial.”

A.P. – Então você considera a leitura do *A integração do negro na sociedade de classes* como um marco...?

D.M. – É um marco. Eu sou devedora de Florestan Fernandes em relação a isso. Sabe quando você fala assim: “Sabe aquela coisa que dá um clique na cabeça da gente?” Olha, a coisa foi tão forte que eu larguei um emprego, poderia ser aposentada hoje, era um dos maiores salários de Minas Gerais... eu larguei este emprego. Eu era a única mulher negra na Fundação João Pinheiro. Não sei se vocês já ouviram falar, uma fundação respeitadíssima. Eu era a única mulher negra lá. Larguei este emprego. Uma outra coisa que a minha mãe me ensinou e que está arraigado profundamente em mim é a questão da coerência, honestidade. Eu me lembro de um colega que disse: “Ah, Diva, fica aqui, faz alguma coisa aqui, fica na Casa Dandara, vai combinando as duas coisas.” Eu falei, tipo assim: “Se eu estou recebendo o meu salário de um lugar, eu tenho que me dedicar aquele lugar. Não vou enrolar.” Aí, em 1988, para não ficar estável na Fundação João Pinheiro, eu larguei. Pedi para ser demitida para eu conseguir pegar o meu fundo de garantia. Antes disso, vale dizer que a questão racial, quer dizer, tem uma contribuição minha para a questão racial quando eu estava na Fundação João Pinheiro. A gente aproveitou toda aquela estrutura da Fundação e fizemos um vídeo chamado

*Dandara, mulher negra*. Lélia Gonzalez, inclusive, foi entrevistada para este vídeo. Este vídeo foi premiado pela CNBB<sup>5</sup>, recebeu menção honrosa de prata da CNBB, foi receber outras premiações aí...

A.P. – Como surge esse vídeo? Foi uma ideia sua? Como isso surge? “Vamos fazer esse vídeo!”

D.M. – Olha... Quando é que foi a Conferência da Mulher? Ah, tem isso também, a Conferência da Mulher foi em 75... Não, em 75 foi no México. Em 1985 foi em Nairóbi. Aí, eu sou devedora de Lélia Gonzalez, porque em 1985... Em 1985 eu fui para a Conferência da Mulher em Nairóbi.<sup>6</sup>

A.P. – Pela Fundação João Pinheiro?

D.M. – Na verdade a Fundação não apoiava esse tipo de coisa. Não foi pela Fundação. É porque o ex-presidente da Fundação João Pinheiro era muito meu amigo, e ele estava como ministro da Cultura, o ex-ministro Aluísio Pimenta. Então o professor Aluísio Pimenta, a gente fez contato com ele e pediu: “Ah, professor, essa Conferência da Mulher...” E eu não sei como, eu tinha contato com Lélia Gonzalez. Lélia Gonzalez falou o seguinte: “Eu tenho um espaço para falar lá e eu cedo parte do meu espaço para você.” Aí eu fiz um texto sobre a questão da mulher negra no Brasil. Foi assim. Eu acho que Lélia e eu talvez éramos as duas únicas mulheres negras no grupo. Eu não me lembro de outras mulheres negras naquela Conferência de Nairóbi.

A.P. – E esse contato não teria sido via MNU? Porque você já tinha tido notícias do o MNU, e a Lélia participa...

D.M. – Não. Não foi. É, talvez, mas não através do pessoal daqui não. Ou seja, antes da Casa Dandara eu já me engajei, estudando mais a questão racial, sobre a questão da mulher negra,

---

<sup>5</sup> Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

<sup>6</sup> A entrevistada se refere à Terceira Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1985 na capital do Quênia, Nairóbi, e organizada pela Organização das Nações Unidas.



eu tenho também um artigo publicado que é muito lá para trás, mais ou menos nesta época, num dos jornais aqui de Minas Gerais, sobre a questão racial, sobretudo sobre a questão da mulher negra. Então, a minha inserção é por essa porta: a dimensão de raça e de gênero. Aí eu participo em 85 da Conferência. Aí eu fico muito mais ligada à questão racial. Mas sem uma inserção no movimento ainda. Ou seja, a gente chega de Nairóbi, e este vídeo realmente está acoplado à ida a Nairóbi. E aí a gente aproveita, a Fundação João Pinheiro tinha um departamento de cultura com toda uma parte de filmagem, tudo muito bem ocupado, tinha profissionais...

A.P. – Você tem esse vídeo ainda?

D.M. – Eu tenho. Mas se eu não tiver, a gente consegue cópia nos arquivos da Fundação. Mas eu tenho o meu aqui, espero que eu tenha. Porque é uma preciosidade. Está lá a nossa Lélia. Então, vocês querem que eu pegue...

V.A. – A Fundação João Pinheiro...?

A.P. – Como é que você entra na Fundação? A gente ficou curioso. Como é que você chega lá?

D.M. – Pois é, a única mulher negra. Continuo sendo a única. Quer dizer, eu fui a primeira e última mulher negra na Fundação João Pinheiro. Como eu chego lá? Eu chego lá da forma mais inusitada, porque não tinha concurso na época, eu nem sonhava em trabalhar na Fundação João Pinheiro na época, e aí, eu chego lá e conheço algumas pessoas, não sei como conheci algumas pessoas que trabalhavam lá. Eu estava, nesta ocasião, devia estar trabalhando em emprego precário, mal remunerado, sem vínculo trabalhista. Então eu pergunto para uma pessoa: “Será que daria para eu trabalhar aqui?” Pouco tempo depois eles me chamam. Eu já estava interessada na área da saúde. Porque eu fiz parte... Na época tinham grupos ligados ao jornal *Movimento*, interessante, não é? E eu era do grupo da saúde. Eu tive uma inserção também na luta pela reforma sanitária no Brasil. E eu era interessadíssima, participei dos primeiros encontros de saúde comunitária, saía fora do estado para reuniões para criação do SUS e tal. Aí, eu tinha muito interesse na área da saúde. Talvez tenha sido o

gancho. Aí alguém falou: “A gente está fazendo um estudo sobre a rede de saúde pública em Minas Gerais para fazer uma proposta de reforma administrativa para o estado, e se tiver uma oportunidade a gente te chama.” E me chamaram. Entendeu? Inicialmente era uma coisa meio precária, mas ficou bem. Quer dizer, saí de lá porque quis, 13 anos depois. Se vocês me perguntarem como aconteceu lá, em termos de relações raciais, eu não sou inocente, não sou ingênua, eu acho que a minha ascensão profissional na Fundação foi prejudicada pela questão racial. Não tenho a menor dúvida. Não teve nada, nenhuma grosseria, nada explícito, mas eu me recordo uma vez que saiu um coordenador do meu departamento e foi chamada uma pessoa de outra área, que acho que estava muito mais nova na Fundação do que eu, para vir para o meu departamento para coordenar. Aí eu reclamei. Mas não foi uma reclamação politizada, não foi uma reclamação institucionalizada. Eu reclamei com colegas: “Que coisa, todo mundo traz os textos para eu ler, confiam no meu rigor crítico, analítico, na minha lupa para ver incoerências, falta de lógica...”

A.P. – Na sua qualificação, você já tinha o mestrado.

D.M. – Já tinha mestrado. Por que eu não fui chamada para ser coordenadora? Não fui. Então eu acho, seguramente, que a minha ascensão, que eu não tive uma ascensão profissional na Fundação João Pinheiro correspondente nem à minha qualificação nem à minha dedicação. Eu sou uma pessoa extremamente dedicada, viciada em trabalhar, eu já trabalhei com serviços da Fundação João Pinheiro aqui, de ver o dia clarear, para cumprir prazos, para a Fundação não ficar mal porque eu atrasei coisas. Quando eu atrasei coisa foi porque a equipe toda tinha atrasado e o atraso devia-se à necessidade de melhorar, de aprofundar determinados aspectos dos projetos do trabalho. E tive uma trajetória lá que foi maravilhosa. Eu, por exemplo, nunca me senti entediada. Às vezes davam um trabalho para a gente: “Ih, aquilo é um abacaxi!” “Abacaxi, então nós vamos fazer um negócio gostoso com esse abacaxi.” “Pepino, isso é um pepino.” “Vamos fazer uma salada gostosa.” Em qualquer trabalho, eu nunca trabalhei entediada, nunca fui para o serviço empurrando: “Ai meu Deus, vai ser a mesma coisa...” Não. Cada dia era uma novidade. E eu sempre fui uma pessoa também muito alegre, muito de bem com a vida, a minha relação com a minha mãe sempre foi pautada por uma alegria muito grande. Aqui em casa não tinha motivo, não tinha sentido tristeza. Minha mãe às vezes falava assim: “Eu já ouvi falar em depressão, o que é isso? O

povo fala que fica triste. Triste, mas por que ficar triste? Não tem motivo para ficar triste.” Ela era uma pessoa assim alegre, de bem com a vida. Ela falava assim: “Eu tenho Deus comigo. Não tenho motivo nenhum para ficar triste. Vocês, meus filhos...” Ela adorava a gente. E a gente sempre morou numa casa com muita alegria, sem “brigalhada”, sem estresse, sem tensão. Então a minha vida profissional também foi extremamente leve.

V.A. – Lá na Fundação João Pinheiro houve outras iniciativas ligadas à questão da África, do negro, além desse vídeo?

D.M. – Ah, verdade! Você está me ajudando. Que coisa boa que você está me ajudando. Professor Aluísio Pimenta fez um grande encontro aqui sobre a questão racial.

V.A. – Enquanto ele era diretor?

D.M. – Enquanto ele era diretor da Fundação João Pinheiro. Foi um encontrão!

V.A. – Quando foi isso? Você se lembra quando foi?

D.M. – Olha, eu entrei para a Fundação João Pinheiro...

V.A. – Pelo seu currículo é 1975.

D.M. – 1975. Saí de lá 13 anos depois.

V.A. – Em 1988.

D.M. – Em 1988. Então o professor deve ter sido diretor... Ah, eu sei quando ele foi diretor, porque a minha filha nasceu em 1983 e ele era diretor nesta ocasião. Então, esse grande encontro sobre África-Brasil foi quando eu conheci o professor Abdias “ao vivo e em cores”, e Elisa Nascimento, eles estiveram aqui para fazer palestras. Eu não me recordo se Lélia foi convidada para este encontro. Mas foi um encontro assim muito relevante, foram convidadas personalidades negras de várias partes do país, foi num lugar nobre aqui em Belo Horizonte,

foi um encontro com muita divulgação pela imprensa, a Fundação fez um material de texto em papel *couché*, aquela capa maravilhosa. Foi tudo assim muito digno.

A.P. – Você tem essa capa maravilhosa aí?

D.M. – Tenho, mas não está fácil, não. Mas eu posso... É uma máscara africana que vale... Não é de fotografar assim não...

A.P. – Queria fotografar, mas depois a gente conversa.

D.M. – Depois a gente conversa. Depois eu consigo localizá-la, fotografo para você levar, e passo para você digitalmente.

V.A. – Então além do Abdias e da Elisa, lembra de mais...?

A.P. – Que vieram de vários lugares do Brasil?

D.M. – Seguramente. Certamente, se vieram eles do Rio, vieram de outras partes do Brasil. Mas eu não me recordo. Eu me lembro dos dois perfeitamente. Eu me lembro dos dois entrando. E, claro, muita gente negra daqui participando. Foi, assim, um momento muito gostoso, de muita participação, de contatos...

V.A. – Você disse que quando leu o Florestan, que dizia que não havia uma entidade que tivesse condição financeira mesmo de continuar...

D.M. – Entidades, no plural.

V.A. – Isso. Você falou: “Estou com 40 anos. Vou fazer para o meu povo.” Você falou “pelo meu povo”.

D.M. – É, eu não fiz nada pelo meu povo.

V.A. – Esse “seu povo”, nesse momento, já estava muito claro que era o povo negro?

D.M. – Sim.

V.A. – Porque, pelo que você está dizendo, você tinha vários povos, não é isso?

D.M. – Eu tinha. Porque no Partido Comunista a gente tinha o proletariado, a classe operária, não é?

V.A. – E como foi essa definição de que meu povo é o povo negro? Porque na Fundação João Pinheiro ainda não era exatamente.

D.M. – Pois é, eu acho, Verena, que é um processo, como eu estou falando: o contato com Lélia, a ida a Nairóbi, este encontro que teve aqui em Belo Horizonte promovido pela Fundação João Pinheiro, depois o vídeo... Aí, quando eu leio o livro, é o ápice de um processo. Aí não é mais apenas uma pessoa que está interessada teoricamente na questão racial. É uma pessoa que vai largar tudo e vai cair no ativismo, na prática social. E uma outra razão também pela qual eu não quis entrar no MNU é porque eu sonhava com uma entidade que fosse realmente de base, que alfabetizasse os negros analfabetos, porque eu tinha, eu vindo de uma família extremamente pobre, e além disso o compromisso social colocado pela Igreja, pelo Partidão... Então não era pregar, fazer a pregação racial, digamos, para um público escolarizado. Porque eu sabia inclusive que era um público extremamente limitado. Então a ideia era fazer uma entidade que pudesse combinar um trabalho de construção da consciência política, da consciência crítica através de atividades culturais, coisas gostosas, encontros. E a Casa Dandara foi este espaço. As pessoas que participavam da Casa Dandara, que, infelizmente, está desativada há muito tempo, mas as pessoas que participaram da Casa Dandara eram de todos os níveis de escolaridade, de todas as idades. E o nome “casa” tinha exatamente também esta dimensão de ser um lugar de acolhimento, onde as pessoas se sentissem bem. E nos nossos primeiros encontros, a questão de tirar o bolo da garganta, como a gente ouvia: “Tem uma coisa que me aperta o peito...” Os primeiros encontros foram muito catárticos. Eram encontros em que as pessoas choravam muito. “Olha, é a primeira vez que eu estou podendo falar sobre a questão de ser discriminada, ser negra, da humilhação que a

gente enfrenta.” Então era quase de divã de analista. E eu tinha uma preocupação também com a qualidade. Então, nós trouxemos para falar na Casa Dandara professores universitários. Vieram falar aqui o professor Ronaldo Vainfas, do Rio de Janeiro, veio falar também um de São Paulo, descendente de judeu, ele veio falar duas vezes para nós, como é que é o nome dele? Ele até criou depois uma editora, a Editora Contexto. Jaime Pinsky. Ele escreveu um livro sobre a questão racial e a gente trouxe para falar aqui.

A.P. – Abdias, Lélia?

D.M. – Lélia não. Eu não sei quando a Lélia faleceu também. O professor Abdias, nós o homenageamos aqui. Fizemos questão, fizemos homenagem ao professor Milton Santos também. A gente trouxe o Hélio Santos, Sueli Carneiro estiveram conosco. Quem mais? Não me lembro que outras lideranças negras estiveram conosco. Mas era muito interessante, a gente fazia uma vez por mês o dia de estudo, que era uma combinação da informação, da construção dessa consciência racial, combinada com comida de origem africana. Aí eram comidas de santo, para desconstruir a imagem negativa das religiões africanas no Brasil e entre nós. A gente tinha uma pessoa, meu irmão é de santo, e ele costumava muito explicar para que, como aquela comida era feita, por que era feita, para que santo era feita. E tinha apresentações culturais. Aí rolou de tudo: maculelê, capoeira, dança afro, jogral... Então era uma coisa, essas pessoas dançavam, roda de samba. Então era muito agradável. Foi uma época de muito aperto financeiro. Às vezes, faltava comida nesta casa. Faltava comida, telefone cortado várias vezes, faltava o básico. A gente tinha o básico. Minha mãe, era muito engraçado, nunca reclamou, nunca falou: “Diva, uma loucura que você fez...” Nunca. Ela sempre falava assim: “Olha, eu confio em você, você é uma pessoa muito protegida por Deus. O que você fizer para mim está bom.” Nunca reclamou de falta de dinheiro. Então tinha o dinheiro dela, então o básico a gente tinha. E ela tinha uma expressão muito engraçada: “Vocês estão reclamando que as latas estão vazias? As latas estão vazias, mas a barriga está cheia.” Ela adorava falar isso. Ela nunca reclamou, nunca reclamou que o telefone estava cortado e a gente tinha que ir telefonar de telefone público, sair de casa para telefonar, e uma mulher de mais de 40 anos sair de casa para telefonar de telefone público. Claro, eu fiquei devendo um tanto de gente durante esse período, mas pouco tempo depois eu me tornei bolsista da Ashoka. A Ashoka me descobriu, eu não sei bem por que cargas d’água, como

que a Ashoka vai me descobrir. Eu acho que através da Novib, que é uma entidade que financia a Casa Dandara durante um longo tempo. Eu acho que foi via Novib que eu descobri a Ashoka e uma pessoa da Ashoka, Cindy Lessa, do Rio de Janeiro, veio a Belo Horizonte nos conhecer. A minha casa, aquela sala grande que vocês viram lá em baixo, se tornou a sede da Casa Dandara. Depois que a gente se mudou para espaços de governo. Mas no primeiro momento... E aí, antes da fundação, eu fui procurar pessoas vizinhas negras, fui procurar amigos, conhecidos, eu um foi falando para o outro: “Vamos criar uma entidade assim, uma coisa gostosa assim, assado.” E aí várias pessoas se reuniram, fizemos a nossa fundação, foi muito bonito, a gente colocou a negrada em espaços que antes o pessoal nosso nunca tinha entrado, como o Palácio das Artes, a sede da IBM, nós fazíamos uns pôsteres muito bonitos, com imagens de pessoas negras, sempre fazíamos todo ano, quando lançávamos tinha desde crianças até pessoas idosas. Era aquela ideia também de não discriminar o idoso. E o lançamento de nossos calendários era em lugares assim onde nunca tinha entrado gente negra, sempre o pessoal com roupas coloridas, muito bonito, muito afirmativo, muito feliz. E fizemos este trabalho na Casa Dandara. Eu fui presidente durante duas gestões, ou seja, oito anos fui presidente da Casa Dandara. Agora, depois, com a minha saída que foi o grande problema. E eu acumulo uma das frustrações... eu acho que na vida pública da gente, a gente acumula êxitos e acumula também fracassos. Um dos fracassos, e eu já previa de alguma forma isto, devedora que eu era do Partidão e que falava tanto da necessidade de formação de quadros, e eu estava extremamente preocupada: “Gente, eu não vou me eternizar na Casa Dandara. Nós temos que formar quadros, formar lideranças para sucederem a gente.” Mas a gente, infelizmente, não conseguiu, apesar de termos feito várias reuniões em vários meses antes do término do meu prazo, mas não conseguimos. A gente tinha começado a fazer um trabalho com crianças também, a pedido. Nesses dias de estudo, a partir deles a gente começou a fazer projetos demandados pelo próprio pessoal que participava. Porque eles levavam a criançada e falavam: “Ai, quem dera se meu filho já fosse criado com uma outra mentalidade, com uma outra visão de ser negro...” Aí a gente começou a fazer um trabalho com crianças que drenou muito esforço, muito tempo, eu virei tia de menino, aí eu falei: “Não, esse trabalho com crianças tem que ser interrompido, a gente não tem dinheiro para isso, está drenando todos os recursos da entidade para isso. Nós temos que focalizar na formação de quadros para ter uma sucessão tranquila.” Não demos conta. Eu, pessoalmente, não dei conta. E infelizmente o grupo que me sucedeu ficou um tempo, mas

não deu conta. E vários antigos tentaram não deixar a Casa Dandara morrer, tem gente até hoje, às vezes eu encontro com pessoas no Mercado Central em Belo Horizonte, que é um lugar gostoso aonde vai muita gente negra, que diz: “Ah, Diva, pelo amor de Deus...” Fora o pessoal que foi do nosso tempo, crianças de Dandara que hoje estão fora do país, como um professor de capoeira, ele quando me encontra me abraço com muito carinho. As mães falam: “Ah, quem me dera, se não fosse a Casa Dandara...” Outro dia um rapaz, mais ou menos com a sua compleição, me abraçou e falou o seguinte: “Olha, eu nem sabia, você ajudou muito a minha mãe porque enquanto a minha mãe estava trabalhando eu estava lá na Casa Dandara.” Porque a gente fazia atividades fora do horário escolar, funcionava de manhã e de tarde. Então as crianças que estudavam de manhã iam para lá a tarde e vice-versa. Aí tinha de tudo, tinha reforço escolar, tinha todo um trabalho de valorização da estética negra, a história da população negra. E além disso eu era muito exigente em relação ao vocabulário ao tratar as crianças bem, formar o pessoal que trabalhava conosco para não passar nenhum estereótipo, nenhuma linguagem racista nem nada. Então tem esse lado positivo. Mas, infelizmente, eu lamento profundamente a Casa Dandara não ter sobrevivido. Ou seja, a sina que o Florestan descreve lá no livro dele, infelizmente, ainda persiste no nosso meio. Eu sei de outras entidades como o IPCN também, que está tentando se reestruturar agora. Eu imagino que eu voltando a morar definitivamente em Belo Horizonte, em Sabará, a gente vai conseguir um dia reerguer a Casa Dandara. Eu sei que têm outras entidades também com muita dificuldade de sobreviver. Ontem mesmo à noite eu estava conversando com uma amiga de São Paulo, cuja entidade também está mal das pernas e eu me ofereci para dar trabalho de consultoria gratuito para a entidade, para ajudar a fazer projetos e captar recursos. E o meu sonho também é trabalhar com essa questão de captação de recursos para ajudar as entidades do movimento negro.

V.A. – Quer dizer que você ficou diretora até 1995? É o que está no seu currículo. E o grupo que sucedeu aí foi minguando, minguando... Tem alguma data, algum ano que você se lembre quando acabou mesmo?

D.M. – Tem. Quando acabou mesmo eu me lembro, porque eu já estava Prefeitura de Belo Horizonte como secretária Municipal para Assuntos da Comunidade Negra. Eu tenho a impressão de que a Secretaria já tinha sido criada. É também uma experiência que



seguramente vocês vão querer falar, porque foi desastrosa e aí tem a ver com o glorioso Partido dos Trabalhadores. E aí, o que aconteceu?

V.A. – Lá, então, quando você estava neste cargo a Casa Dandara acabou de vez?

D.M. – Exatamente. Isto foi quando? Eu fui para a Prefeitura de Belo Horizonte em 1990 e...?

V.A. – 1998 é a lei.

D.M. – 98 é a lei, eu fui em 1997, que eu fui para lá. Então a Casa Dandara deve ter ido até 1998. Deve ter sido extinta em 1998. Ou seja, ela foi criada em 1987, 11 anos.

V.A. – E quem eram as pessoas que inicialmente faziam parte? Você disse que foi uma cerimônia muito bonita que vocês criaram a Casa Dandara. Além de você, quem era que fazia parte?

D.M. – Tinha uma professora que foi da direção inicial da Casa Dandara, uma professora negra que dava aula, aliás ela se tornou diretora depois, ela dava aula no grupo aqui perto...

V.A. – No grupo escolar?

D.M. – No grupo escolar. Como ela era de candomblé, foi via meu irmão que a gente ficou conhecendo.

V.A. – Como era o nome dela?

D.M. – Elza Bebiani Soares. A Elza é muito amiga minha, ela fala muito bonito da Casa Dandara. Ela foi da direção inicial. Uma vizinha minha aqui da frente também foi da direção, foi pelo menos desse grupo fundador.

V.A. – É isso que eu queria saber, quem são?

D.M. – Uma vizinha que era de uma família negra que mora aqui na frente...

V.A. – Qual era o nome dela?

D.M. – Pompéia. Pompéia é considerada membro da nossa família. Até no santinho da morte da minha mãe a gente coloca três nomes de família no santinho, e uma das famílias é da Pompéia Custódio, que mora aqui na frente. Quem mais desta ocasião? Pompéia, Elza, Paulo Afonso, que foi um dos fundadores...

V.A. – Paulo?

D.M. – Paulo Afonso é meu irmão. Paulo Afonso Moreira.

V.A. – Foi um dos fundadores também da Casa?

D.M. – Foi um dos fundadores. Tinha outras pessoas também, sabe? Tinha outras pessoas que estavam desde aquele início.

V.A. – Então inicialmente ela funcionou aqui nessa casa?

D.M. – Ela funcionou aqui nesta casa.

V.A. – E depois? Você falou que ela foi para outro lugar.

D.M. – Depois ela foi... quando a Prefeitura de Belo Horizonte... Isto ainda foi no governo anterior ao PT, a Prefeitura de Belo Horizonte cedeu uma casa para várias ONGs funcionarem. Aí a gente se mudou para esta casa.

V.A. – Onde ficava, em que bairro?

D.M. – Ficava no bairro Santa Tereza. Depois, como nesta casa estava difícil e apertado o trabalho que a gente fazia com crianças, que começou já aqui nesta escola... tivemos

problema de discriminação brava nesta escola em relação a meninadinho negra nossa na escola. Tivemos problema aqui. Foi horrível!

V.A. – O que foi?

D.M. – Denunciaram a gente na Secretaria. Com denúncia na Secretaria de Educação. Eu tive que brigar na Secretaria de Educação por causa de direção da escola não querendo...

V.A. – Denunciando a Casa Dandara?

D.M. – Denunciando a Casa Dandara pelo trabalho com crianças. Preconceito de toda natureza. De toda natureza...

A.P. – Vamos dar uma paradinha, que você explica um pouco melhor, porque já acabou a fita.

[FINAL DO DISCO 2]

V.A. – Então, a gente tinha parado naquele conflito com a escola aqui, que foi uma coisa difícil. Como é que foi isso?

D.M. – Foi uma coisa muito negativa. Eu recebi carta. Foi uma coisa assim formal.

V.A. – Qual era a acusação da escola? É uma escola municipal?

D.M. – Escola estadual. Eles reclamavam até do ponto de vista de moralidade, falavam que o pessoal vestia de tal maneira que podia ver não sei o que, parte do corpo. Foi uma coisa assim extremamente conservadora, a posição da escola em relação ao trabalho que a Casa Dandara fazia. E aí eu tive que... fui convocada à Secretaria de Educação. Fui e fui muito dura também, não cheguei lá assim com ar de coitadinha não. Fui para enfrentar o embate com o pessoal lá. Agora, a gente achou que realmente já tinha chegado o tempo de sair da escola.

Então a gente ainda continuou um tempo aí e depois tiramos as nossas crianças daí. Tiramos...

V.A. – Não entendi. As atividades eram feitas na escola?

D.M. – A gente aproveitava o espaço da escola. E também, eu acho que da nossa parte teve certas bobeadas que foram dadas, que fez com que a escola acabasse arranjando um gancho para...

V.A. – Como, bobeadas assim de...?

D.M. – Por exemplo, tinha um rapaz, parece que realmente ele ficava deitado lá na grama, um professor de capoeira e falavam assim que dava para ver a genitália dele. Parece que isso realmente aconteceu. E também, a coordenadora do projeto esnobava, tratava as professoras assim de chegar... eles reclamavam que ela chegava e não cumprimentava, não se despedia, tinha um estilo assim meio arrogante. Ou seja, acho que da nossa parte a gente acabou dando motivo para eles. Mas a reação deles foi muito conservadora, porque ao invés de me chamarem para a gente ter uma conversa, não, encaminharam uma denúncia na Secretaria de Educação contra a Casa Dandara. Foi uma coisa assim... Eles não tiveram coragem de enfrentar a gente, inclusive porque tinha um professor negro no meio que também tinha sido da Casa Dandara. Então, para a escola ficar bem e eles não terem que enfrentar a gente assim no face a face, eles jogaram o problema para ser resolvido pela Secretaria de Estado de Educação. Aí nós resolvemos e mudamos da escola.

V.A. – A gente queria saber também o nome da Casa Dandara, que você tinha explicado por que “casa”, tinha uma justificativa. E por que “Dandara”?

D.M. – Por que Dandara? A ideia era a gente fazer um trabalho dando ênfase à mulher negra, e a gente já tinha feito o vídeo chamado *Dandara, mulher negra*. Então o nome já tinha uma força.

V.A. – E qual o significado de Dandara?

D.M. – Segundo a nossa tradição, mais do que oral, teria sido uma ou a mulher de Zumbi dos Palmares. Mas eu acho que não há registros históricos, não. A gente até tentou, na ocasião, ver se a gente garimpava mais para ter informações sobre nomes de mulheres de Zumbi dos Palmares, lendo os livros que existiam sobre ele. Mas é a nossa história, inventada por nós também. Eu me lembro uma vez que o Jaime Pinsky virou e falou o seguinte: “Olha, o negócio é o seguinte: quando não há dados, a gente cria os nossos dados, inventa os nossos dados.”

V.A. – Exatamente. E você tinha mencionado agora no almoço a questão da programação visual, aí, que vocês faziam calendários... Essa ideia de calendário é genuína de vocês? Eu não me lembro de ter...

D.M. – Foi. Depois disso, a gente até viu outros calendários. Mas foi uma inovação nossa. A ideia era ter ícones positivos da negritude. Você tinha as escolas todas públicas naquele momento da nossa história brasileira, sem nenhum cartaz onde tivessem crianças negras. Você chegava na semana de alimentação na escola e está aquele cartaz com uma família de classe média ao redor da mesa, tem o papai, tem a mamãe, entendeu? E aí, a gente realmente não tinha. Os calendários que existiam na época eram só crianças brancas com bichinhos, bonecas brancas e tal. Então a ideia era você ter esse cuidado também em apresentar uma estética negra, que na época era só negativa. A gente aparecia nos cadernos policiais ou então nas imagens de pobreza de África, ou mesmo de Vale de Jequitinhonha, de Nordeste brasileiro. Era sempre mal, crianças de pé no chão, com o cabelo assanhado... Então a gente trabalhou muito essa questão do cabelo, que é um problema entre as crianças negras, meninas negras e também entre as mulheres negras. Aí, aquela preocupação com o cabelinho trançado, com uma estética negra bonita, afirmativa, positiva, sem passar também aquela imagem de que nós negros somos pobres, apenas, e sem passar aquela imagem da escravidão. Muitos anos depois ainda tinha entidades do movimento negro que faziam cartazes assim, sobretudo no 13 de maio, que é a estética da negação, negativa, aqueles cartazes... ou antiestética. Talvez seja melhor falar em antiestética, aqueles cartazes assim com imagens de homens negros de cabeça baixa, de braços com grilhões ao redor, e tinha frases do tipo assim, referindo-se ao centenário... ao centenário da abolição, não, referindo-se aos aniversários da

abolição da escravatura, tinha frases do gênero “Nada mudou, vamos mudar”. Então eu achava que quando a gente falava “nada mudou”, seria negar o protagonismo negro no passado e que aquilo era um absurdo. Então houve alguns choques meus com lideranças negras, sobretudo do MNU. E em 1988, no centenário da abolição, esses choques ficaram até expostos publicamente. Não que eu quisesse, mas porque gente do movimento negro queria criticar a Casa Dandara. E a Casa Dandara surgiu, e como eu tinha vindo do jornalismo também, eu tinha muita inserção na mídia. Aí, apesar de a Casa Dandara ter um ano ou estar fazendo dois anos neste ano, tudo que acontecia referente à questão racial, à população negra em Belo Horizonte, a gente é que era procurado para ser entrevistado. Eram as nossas crianças, alguma atividade realizada pelas nossas crianças, que serviam como pano de fundo para o lançamento, por exemplo, do ECA. A performance das nossas crianças foi magistral.

V.A. – O que é ECA?

D.M. – Estatuto da Criança e do Adolescente. Então o trabalho da Casa Dandara, apesar de estar sendo realizado tão recentemente, tinha uma visibilidade na mídia muito grande. E eu também tinha, eu estava atuando no movimento negro com pessoas extremamente jovens. Então havia realmente uma diferença de percepção, diferenças teóricas, às vezes diferenças de linguagens. Eu me lembro que no centenário da abolição se usava muito a palavra “comemorar”. Aí as pessoas falavam: “*Comemorar o quê?* Nós não temos nada que comemorar. A população negra está aí na miséria.” Aí eu falava assim: “Comemorar não é apenas festejar. Comemorar é trazer à memória, é refletir junto sobre o nosso passado.” Então eu usava a palavra. Isso foi motivo de desavença, de discordância também. Então eu não tive um relacionamento fácil com pessoas do movimento negro daqui, não. Não foi fácil. E inclusive teve coisas assim lastimáveis, como terem me acusado de desviar dinheiro da Casa Dandara, porque como eu era convidada a viajar para fora do país, eles falavam que eu só dava conta de fazer aquilo porque eu tirava dinheiro da Casa Dandara e punha no bolso. Quando era o contrário o que acontecia. Quantas e quantas vezes eu recebi bolsa, eu era bolsista, recebi bolsa e estava apertado aqui em casa e eu jogava o dinheiro todo para pagar os salários de funcionários. Dinheiro da minha bolsa, e jogava o dinheiro... Então eu acabei tendo um contato que, ao longo dos anos, acabou se tornando “zero”, com outras lideranças do movimento negro aqui de Belo Horizonte. Houve muita competição e muita fofoca, muita

calúnia. Aí eu falei: “Não. Eu não tenho idade para isso. Eu não estou no movimento negro para competir com ninguém. Eu já tenho o meu espaço, eu já tenho o meu nome, já tenho a minha trajetória, com todo o movimento negro para conseguir brilhar...” Poxa, eu já tinha mais de 40 anos. Então acabei me distanciando, parei de ir às reuniões, eu achava as reuniões cansativas, chatas. Então eu deixei de fazer parte do movimento negro. Eu sou uma ativista negra. Isso ninguém vai roubar de mim. Isso é um compromisso meu, a minha missão na vida. Mas eu não sou militante de nenhuma entidade, fazem reuniões aí e não me sinto motivada a ir. E tem pessoas que não convidam e tem pessoas que fizeram muito para atrapalhar a minha vida no movimento social negro, a minha vida pública, política aqui em Belo Horizonte, que ajudaram na extinção da Secretaria... Então hoje eu sou uma pessoa que me considero ativista, mas não estou no movimento, não sou atuante.

A.P. – Você está falando da relação aqui em Belo Horizonte, Minas Gerais. Como é a relação no início da Casa Dandara com o movimento negro nacional? Nos grandes eventos, o próprio centenário, há uma participação externa?

D.M. – Tivemos as nossas mulheres participando daqueles encontros, teve o Sul-Sudeste, teve o Norte-Nordeste. Então, mulheres nossas foram para encontros, eu também participei em nome da Casa Dandara em encontros em São Paulo, teve encontro no Rio de Janeiro. Teve o encontro na época de Zumbi dos Palmares no tricentenário em 1995, a Casa Dandara ainda existe, então a gente esteve também. E a gente acabou tendo uma visibilidade enorme por causa dos calendários. As pessoas telefonavam para a gente, pedindo para a gente colocar calendário no correio, gente que morava aqui, que tinha parentes negros morando em outro lugar, ou amigos, punha no correio, falava que comprava para dar de presente. Então a gente teve uma visibilidade extremamente positiva via calendário, que eram imagens muito bonitas, com frases muito afirmativas, passando a nossa história. E tudo que a gente podia também a gente envolvia a população indígena, sempre que podia, nem que fosse por menção. Trouxemos Ailton Krenak e Marcos Terena para falarem para nós, achávamos que a nossa luta deveria ser numa solidariedade muito próxima e com compromisso também com a emancipação e com a defesa dos direitos dos povos indígenas.

V.A. – E você chegou a ir à marcha em 1988 lá no Rio, do centenário da abolição?

A.P. – Cujo *slogan* era “Nada mudou, vamos mudar”.

D.M. – É mesmo, foi, não é? Então foi exatamente este. É, eu não gostei deste *slogan*. Não, porque a gente teve muita participação aqui. Muita. Foi televisão, eu era convidada também para ir para o interior do estado. Teve entidades que foram criadas também com o nome de “casa”, e com um trabalho muito semelhante ao nosso, de associar a cultura, a performance, as expressões da cultura negra, com a conscientização política. Então foi uma experiência muito positiva, a despeito da descontinuidade que a entidade está sofrendo até hoje.

A.P. – Mas em 1995, na marcha de Brasília, a Casa Dandara vai? Você vai a Brasília?

D.M. – Eu fui a Brasília sim. Eu falei no Congresso Nacional. Não ajudei a organizar a marcha, a gente não tinha... em 1995 eu não sei se a gente tinha na Casa Dandara esses recursos para a ajudar na organização da marcha, como outras entidades do movimento negro estavam ajudando. E teve a outra coisa também, que era gente do MNU de outros estados boicotarem a gente por causa do MNU de Belo Horizonte. Teve isso também.

V.A. – Porque não tinha só o MNU, apesar de o MNU ter nascido com o nome de Movimento Negro Unificado, ele acabou se transformando numa entidade. Então nos outros estados também não tinha só o MNU, seria possível a Casa Dandara fazer interlocução com outras entidades...

D.M. – Tinha, como é o caso do Geledés, por exemplo. Tínhamos relação sim. Agora, aqui, a grande dificuldade foi aqui em Belo Horizonte.

V.A. – Porque aqui, no fundo, no fundo, tinha MNU e Casa Dandara...?

D.M. – Tinha o MNU, a Casa Dandara e o Grupo União e Consciência Negra.

A.P. – O Grucon.



D.M. – Ligado à Igreja Católica. A gente teve dificuldades também com gente do Grucon. A gente teve coisas assim que foram feias, porque acabou aparecendo na televisão, desnecessárias... Sabe essas brigas que você poderia ter resolvido em casa? Sabe aquela história da roupa suja lavar em casa? E acabou se perdendo horário de televisão num dia importante como o centenário da abolição para falar: “A Casa Dandara usou a minha foto sem autorização...” Umas brigas assim totalmente desnecessárias, em que a gente dizia: “Meu Deus, eu nem imaginava que isso pudesse acontecer.”

A.P. – E outro grande marco em 2001, Durban, você participa? Porque aí já não tem mais Casa Dandara, você participa da Conferência, das preparações para a Conferência?

D.M. – Não. Agora, antes de 2001 tem uma experiência importantíssima que é a criação da primeira Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra, criada por lei. Porque todas as experiências anteriores foram de coordenadorias, de conselhos, lembra? O primeiro em São Paulo, com o Franco Montoro ainda. E eu fazia uma avaliação também daquela institucionalidade anterior a Secretaria, e a gente via a fragilidade institucional, aquela coisa do governador simpático que criava, aí outro governador vinha... Como aconteceu com a Seprom no Rio de Janeiro.

V.A. – Sedeprom.

D.M. – É, Sedeprom. O Brizola é simpático, cria. O Marcelo Alencar não é simpatizante da causa, destrói. Então a gente falou o seguinte: “A gente tem que fazer alguma coisa diferente.” E o Célio de Castro me convida para ser membro do gabinete. Na verdade, eu não estava nem pensando na questão racial. Eu apoiei Célio de Castro no primeiro turno. Eu conhecia Célio de Castro das lutas pela reforma sanitária no país, ele era médico. Então eu o apoiei, e como parte significativa desse pessoal do MNU era do PT, e eu nunca fui do PT, eu o apoiei já de cara o Célio de Castro e não estava apoiando o PT. Aí quando ele assume, eu nem estava no país, eu estava nos Estados Unidos, mas o pessoal me avisa falando que eu deveria voltar logo porque ele estava falando que me queria, queria uma pessoa negra no secretariado e que estava querendo conversar comigo para eu ter um cargo no Gabinete dele. Aí, ainda de fora do país, eu mando uma carta e peço para o meu irmão, e passei para outra

pessoa ligada ao movimento negro, para discutirem essa proposta de criação de uma secretaria específica, criada por lei, para fazer políticas de promoção da igualdade racial na cidade de Belo Horizonte etc. Fiz um texto com esta proposta, um texto pequeno. Aí, eu acho que essas pessoas não tiveram espaço para discutir esta proposta, porque, a rigor, o pessoal do movimento negro estava discutindo outra coisa, era a indicação de nomes para fazer parte do governo. Ninguém estava pensando na criação de uma secretaria nova, estava pensando em nomes para uma eventual secretaria ou alguma administração regional da prefeitura. A discussão era outra, então a questão da criação de uma secretaria nova não foi colocada em pauta. Aí, quando eu chego, acho que foi no dia seguinte a minha chegada ao Brasil, eu tenho uma conversa com o Célio de Castro e fiquei impressionada com a receptividade dele. Ele em nenhum momento falou o seguinte: “Esse negócio que você está propondo é exagerado demais, é extravagante demais, eu tenho que conversar com os meus pares, com o pessoal do meu partido e com os secretários que eu já indiquei para ver como é que eles vão aceitar essa ideia.” Nada. Ele ali, junto comigo: “Você topa, Célio?” “Eu topo.” Numa boa. Aí eu comecei. Eu fui chamada para ser assessora. Aí eu me autointitulei “assessora”, porque eu tinha que firmar esta marca, este nome, “assessora Municipal para Assuntos da Comunidade Negra”. Aí nós falamos: “Temos que conversar com o movimento negro.” Aí foi um “pau danado”, porque era a Diva Moreira. Não podia ser eu em hipótese alguma. Falar em nome da população negra dessa cidade, porque eu não ia falar em nome do movimento negro, eu estava no governo, não era sociedade civil, eu não estava falando em nome de entidade, não é? Mas aí o meu nome não foi aceito. Mas é claro que, ao fim e ao cabo de um processo extremamente desgastante, teve uma assembleia numa sede de um sindicato aqui, uma assembleia maciça, cheia de gente, e tinha muita gente aliada minha, que gostava de mim, que me conhecia de longa data, que não tinha nenhum ranço contra mim. Aí foi aprovada a ideia de criação da secretaria. E uma pessoa chave falou o seguinte: “Olha, vocês gostando ou não, o Célio de Castro convidou a Diva Moreira e pronto. Ele tem autoridade, ele foi eleito e pronto, acabou. Ele está falando em nome de toda a população de Belo Horizonte. Ele escolheu, a gente gostando ou não...” Ela era uma pessoa aliada a mim, muito influente, e dialogava com todos os lados aqui. E o que acontece? Acabei indo para a prefeitura. Como eu sabia que eu não ia ter apoio dessas correntes ligadas ao PT, o que eu fiz? E como eu sempre tive o meu coração na favela, eu falei o seguinte: “Vamos fazer um trabalho com a população favelada.” E como eu sou evangélica, eu falava o seguinte: “Como Jesus disse, ele não veio

para os sãos, ele veio para os doentes. A Secretaria não veio para os que estão bem, a gente veio para os que estão piores dentre nós. Quem é? A população favelada.” Então a gente começou a se aproximar de lideranças de vilas e favelas. E eu fiquei encantada, o pessoal teve um tino político: “Essa Secretaria é uma coisa que nos interessa.” Sem ter a dimensão racial na cabeça, sem ter nenhuma discussão sobre racismo, mas eles viram assim: “É coisa de preto. Vai servir para nós.” E deram assim um apoio quase automático à ideia de criação da Secretaria. E eu pessoalmente ficava, coloquei como prioridade, no momento, ganhar os vereadores. Porque quando o prefeito anunciou a criação desta Secretaria, ele tinha sido eleito, mas não tinha tomado posse ainda e foi um escândalo na cidade. A mídia, os vereadores... Teve vereador que falou: “Isso é uma vergonha para Belo Horizonte. Imagina, se fora daqui me perguntarem: ‘Uai, que trem esquisito, em Belo Horizonte tem uma secretaria para assuntos da comunidade negra?’ Isso é uma bobagem, é uma vergonha para Belo Horizonte uma secretaria desta.” Aí eu coloquei como prioridade, eu combinava com o Célio, a gente fazia reuniões regulares, aí eu falei: “O negócio é ganhar, é fazer uma advocacia na Câmara para ganhar os vereadores.” Gente, foi um negócio, uma das mais belas experiências da minha vida. Foi assim fantástico! Eu me encontrava com repórteres pelos corredores da Câmara e eles falaram o seguinte: “A gente está anotando quem é a favor dessa secretaria. Só tem um vereador.” Que era um negão que era do PC do B. No mais...

V.A. – Qual era o nome dele?

D.M. – Ele tem apelido de Paulão. Vereador Paulo, não sei se é Paulo Augusto dos Santos...

V.A. – Então só tinha ele?

D.M. – Só tinha ele em favor da criação da Secretaria.

V.A. – Quantos vereadores eram, mais ou menos, só para ter uma proporção?

D.M. – Devia ter mais de 30.

V.A. – A negociação era com 30?

D.M. – É. Exatamente. Aí, é claro, eu com minha experiência de Partidão, “vou montar uma tática para que a gente alcance tal objetivo estratégico”. Então, qual era a minha tática? Era conversar com os líderes de bancada primeiro, porque eles azeitariam seus comandados. Tinha uns mestiços lá, eu fui e fui, e teve gente que falou: “Eu não recebo ela.” Só teve um, um evangélico. Este categoricamente não me recebeu. Mas ao fim e ao cabo de um processo paciente... Eu chegava com caderno e caneta, eu dava uma aula sobre a questão racial para eles.

V.A. – Como é que era? Isso me interessa muito, porque essa questão do convencimento de uma elite política, não é?

D.M. – É. Foi um negócio impressionante. Agora, eles se depararam com uma pessoa com quem eles nunca tinham se deparado na vida: uma intelectual negra. Entendeu? Então eu chegava com a maior paciência também, não chegava esnobando, senão perdia os caras na hora. Chegava com um sorriso aqui, “vereador e tal”, chegava e aí eles vinham com todas as reações deles: “A senhora é tão inteligente, por que o Célio... O Célio é racista, ao invés de convidar você para a Secretaria de Educação, para a Secretaria da Cultura, para a Secretaria do Desenvolvimento Social, foi convidar a senhora para Secretaria... Isso é racismo! Belo Horizonte não tem a questão racial. A questão racial não existe, porque os negros são discriminados por serem pobres e não por serem negros.” Então era tudo o que eu ouvia naquela época: “Vai acirrar o racismo dos negros contra os brancos. Vai ser um vexame isto, porque daqui a pouco os homossexuais vão querer ter a secretaria dos homossexuais, os carecas...” Aí virava avacalhão, o debate realmente caía de nível. E foi interessante, porque entre eles, eles começaram a conversar. Quando eu peguei um dos mais difíceis... E eu também fiz contatos, bem relacionada na cidade, fui atrás de um grande amigo, bem mais velho do que eu, que era do PSDB. O PSDB era oposição ao Célio de Castro, PSB-PT, depois ele convidou o PT para estar na administração, apesar de ter concorrido contra o PT no primeiro turno. Então, o PSDB apoiar essa ideia? Nunca. Aí eu fui e ele não queria aceitar me receber de jeito nenhum. Eu fui atrás de um grande amigo que era do PSDB e falei assim: “Você tem que amansar seu pessoal lá na Câmara. Conversa com eles lá, pelo amor de Deus.” Porque eles eram muitos, e poderiam obstruir, poderiam fazer tudo para atrapalhar a

aprovação do projeto de lei. Aí nós tivemos um apoio fantástico para elaborar o projeto de lei. Eu fui a pessoa que basicamente elaborou o projeto de lei. Mas e as justificativas? Foi o Hédio Silva Júnior. Ah, e tinham vereadores que falavam assim: “Nós não entendemos nada disso. Arranja alguém para fazer para nós e a gente lê lá na hora.” Então a posição da Comissão de Constituição foi toda feita pelo Hédio Silva.

V.A. – O parecer da Comissão da Constituição foi o Hédio Silva que escreveu?

D.M. – O parecer da Comissão de Constituição foi o Hédio Silva que fez.

V.A. – Que máximo!

A.P. – Como vocês chegaram lá no Hédio, lá em São Paulo?

D.M. – Como a gente chegou? Eu já conhecia o Hédio. Eu conheci o Hédio como? Eu disse: “Ah, mas que homem brilhante!” Eu fui bolsista da Fundação MacArthur e ele...

A.P. – Ele também.

D.M. – Não, na época ele não era, mas ele foi convidado para ser consultor e para falar num encontro que teve lá em São Paulo. Foi lá que eu conheci o Hédio Silva Júnior. Exatamente. Quem apoiou também a Secretaria e foi fantástico foi o Edson Cardoso, de Brasília. Ele chegou a pegar ônibus com o dinheiro dele para vir participar de debates. Nós trouxemos, eu acho que o Hélios Santos falou, o Hédio Silva falou em plenário. Isso foi antes, para a construção de todo um convencimento político para a lei ser aprovada.

V.A. – Mas você chegava com o caderninho no gabinete do vereador e fazia o quê?

D.M. – Aí ele vinha com essa coisa toda, que não era... “Vereador, espera aí. Agora o senhor vai me ouvir, não é? Eu já ouvi o senhor, que beleza, não é? Agora o senhor vai me ouvir.” O meu marco era... É claro que eu não ia pegar desde que a gente pôs os pés aqui, em 1535. Qual era o meu marco? O meu marco era o pós-abolição. Aí eu falava: “No pós-abolição não

foram implementadas políticas que permitissem a integração plena da população negra na sociedade brasileira. Então nós não somos discriminados apenas por sermos pobres, mas nós somos majoritariamente pobres por sermos negros...” e falava, e falava... Mas tinha uns, eu via que era uma coisa, até hoje eu não tenho o menor motivo para achar que aquela pessoa estava representando para mim. Eu não tinha nada para oferecer. Eu não tinha cargos. O prefeito não falou para mim: “Diva, se estiver difícil lá, você fala que *x* obras que eles querem fazer serão...” Não foi. Não teve nem nada para barganhar com eles. Não tinha dinheiro, uma comunidade que não tinha dinheiro nenhum, não tinha nenhum capital eleitoral que eu pudesse falar: “Olha, se você não votar a favor da secretaria, nas próximas eleições você não vai ser aprovado pelo eleitorado, porque nós vamos te dar bomba nas eleições...” Nada. Eu não tinha nada. Eu tinha o meu convencimento e minha poderosa fé em Deus, que nunca eu desgrudei dela.

Aí eu chegava, conversava. Tinha uns que no final ficavam assim comigo: “Nunca soube disso. Nunca tinha pensado nisso. A senhora tem razão...” Aí, então eu vou resumir uma bela história para vocês: esse nosso povo simples, miudinho, nas comunidades pobres, começou a fazer pressão em cima dos vereadores majoritariamente eleitos nas comunidades. Aí eles vinham sem firulas, sem sutilezas: “Olha, tem que votar a favor da Secretaria senão a gente vai avisar o eleitorado todo que você é racista!” Era por aí. Aconteceram também reuniões em administrações regionais, tinha gente negra em administrações regionais que organizou debates com os vereadores que eram mais votados naquelas regionais ou que viviam naquelas regionais. Então foi criando uma coisa na cidade. Ah, fora a mídia. A mídia, era incrível! Uma vez eu recebi uma jornalista, ela chegou assim como um pavão em cima de mim para desmoralizar, desmontar essa ideia da criação da Secretaria. Uma jornalista negra. Olha, foi uma das mais belas matérias sobre a Secretaria, foi feita por essa mulher, que pouco depois morreu. Uma jovem jornalista. Então foi criando um processo nessa cidade, até essas colunistas tipo madame, fez artigo, essas colunistas tipo coluna social, fez artigo. Gente, mas foi impressionante o envolvimento da mídia, que tinha um lado que criticava, mas depois se empolgou também. Depois se empolgou. A minha avaliação da mídia foi favorável. Isso aí, num segundo momento em diante. O que aconteceu? O dia da votação foi um dos dias mais belos de toda a minha vida. A Câmara de Vereadores amanheceu – e aí a nossa turma, trabalhando – com bandeirinhas com as cores da Unidade Africana nos jardins, faixas, essas faixas que são colocadas em postes, com mensagens para todos os vereadores de todos os

partidos. Ah, poucos dias antes da votação o líder do PSDB me chama para uma reunião. Lá vou eu. Aí ele disse o seguinte: “A bancada está liberada. E eu vou votar contra. O que vai acontecer comigo? Vocês vão me vaiar?”

A.P. – A votação era aberta?

D.M. – A votação era aberta. E ele tinha que ser coerente. Ele era de oposição até o fim. Tinha liberado a bancada, mas ele iria votar contra. Eu disse para ele o seguinte: “Vereador, ninguém vai vaiá-lo. Sabe por quê? Eu faço política para a vida inteira. E eu posso precisar do senhor de novo e o senhor vai fechar as portas para mim. Então pode ficar tranquilo.” Gente, vocês não vão acreditar na capacidade de organização do nosso povo. Quando ele votou “não” não teve uma vaia. E as galerias estavam entupidas de gente, entupidas! Eles falaram que foi o momento mais bonito daquela Câmara, nenhum vereador faltou, foi o maior quórum. Estava todo mundo lá. E aquela coisa, aquele burburinho. Na entrada da Câmara tinha várias redações que a nossa meninada fez, pedindo aos vereadores para a cidade ficar melhor, sem racismo, para as crianças negras viverem melhor, várias redações. Ou seja, a Câmara estava engalanada, toda enfeitada. Aí não teve nenhuma obstrução, porque o pessoal do PSDB estava querendo melar a votação no dia seguinte, tinha mais coisas na pauta, a votação foi colocada para ser o primeiro ponto da pauta e foi o único. Gente, quando acabou toda a votação, da plenária foi jogada uma chuva de pétalas de flores em cima da Câmara. Depois eles falaram: “Antes jogavam em cima da gente moedinhas, notas de um real.” Tipo assim: “Vendidos!” Não podiam jogar pedra nem pau por causa da segurança, mas umas moedinhas jogavam em cima deles. Aí foi magnífico! Eles interromperam a sessão, eu desci e me deram a palavra. E os vereadores todos me abraçando, tirando fotos, aquela coisa toda que você já sabe que político faz. Aí me deram a palavra e eu fiz um dos mais emocionantes discursos em toda a minha vida. Claro, sem nada escrito. Foi muito bonito. Muito bonito.

E aí já tínhamos começado a fazer o trabalho, e o prefeito passou para a gente o que se tornou, na administração do Célio, a menina dos olhos dele. Ele passou para a gente administrar uma escola profissionalizante numa favela. Favela com a qual a gente já tinha alguns contatos. Isto foi ao mesmo tempo um motivo de grande discórdia dentro da administração municipal. Porque por ser escola tinha que ser, digamos, Secretaria de Educação. Por ser em favela e ser para pobre, devia estar na mão da Secretaria de

Desenvolvimento Social. Mas ele não quis. E ele fazia, a “boca pequena”, críticas a gente do próprio secretariado dele, e ele falou: “Diva, eu quero que a Secretaria assuma esta escola.” Gente, foi uma das experiências mais bonitas. Eu acho até que a Fundação Getulio Vargas pré-selecionou a escola nesses concursos que a Fundação tem de políticas públicas melhores no país. Então a gente foi pré-selecionado. Não recebemos prêmio, mas ficamos entre as cinco experiências no Brasil de destaque.

V.A. – Qual é o nome da escola?

D.M. – Escola... Tem um nome que era de uma moradora que já tinha falecido. Eu não sei de cor não, mas eu posso te passar.<sup>7</sup>

V.A. – Qual era o nome da favela?

D.M. – Pedreira Prado Lopes. Era uma das favelas mais violentas. E a outra bandeira... Eu defendia o seguinte: que a Secretaria tinha que colocar como prioridade, quer dizer, luta contra o racismo para nós teria que ser luta contra a pobreza e contra a violência. Não podia ser um negócio abstrato. Então a gente colocou a questão das políticas públicas em vilas e favelas como prioridades para nós, porque lá estavam os mais miseráveis dentre nós e porque as favelas estão sendo dizimadas pelo narcotráfico. E aí o que aconteceu? Estávamos lá, no coração dos bandidos, e era muito interessante porque tinha curso profissionalizante de corte e costura, aí tinha rapazinhos que chegavam lá com arma aqui, cortando cabelo, aí chegava a polícia e o pessoal pulava o muro... De vez em quando tinha tiroteio na frente da escola. Eu falava com o pessoal: “Enquanto vocês derem conta, enquanto vocês não estiverem ficando muito estressados, nós não podemos sair porque eles estão dando conta de fechar as escolas, de fechar os postos de saúde, e a Secretaria não pode fechar as suas portas em favelas.” Meu sonho é que aquela escola funcionasse 24 horas por dia. Eu cheguei a fazer contato com o Centro de Valorização da Vida, para funcionar lá de madrugada, mas eles não tiveram pernas para isso, eu acho que tiveram um certo medo também. Mas houve um certo respeito dos traficantes de drogas. Tinha um ponto de tráfico de drogas na porta da escola, e eles

---

<sup>7</sup> A entrevistada se refere à Escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares.



colocaram um pouco mais afastado. Eu convivía, andava, e eles falavam que eu era a única secretária que andava na favela. Eu ficava lá numa boa. Mas isso acabou sendo motivo de discórdia interna. Porque quando havia reuniões em administração regional, por exemplo, tinha uma reunião numa área pobre de Belo Horizonte: todas as reuniões do próprio governo municipal, aí eles convidavam todas as secretarias que tivesse algum trabalho social naquela região, naquela favela, naquela vila. E aí, quando chegava o nosso pessoal era uma festa: o povo da Secretaria, abraço, beijo, entendeu?

V.A. – Os moradores?

D.M. – Os moradores e as lideranças comunitárias com os funcionários da Secretaria. E com os demais funcionários a relação era totalmente diferente. E isso foi criando ciúmes de outros secretários. Saiu uma vez uma nota num jornal de Minas falando assim: “Não convidem para o mesmo jantar a Diva Moreira, secretária, e a secretária de Desenvolvimento Social.”

V.A. – Era uma mulher também?

D.M. – Era uma mulher também. Então eu também fiz todo um trabalho... Quando terminou o trabalho externo junto a Câmara e a Secretaria foi aprovada, a gente não teve o apoio de nenhum secretário. Inclusive o prefeito falou para mim: “Diva, eu estou assumindo isso por um compromisso ético pessoal meu. Porque eu não tenho um secretário que me apoiou na ideia de criação dessa Secretaria.” Aí eu falei o seguinte: “Agora é ganhar o público interno. Porque a gente está nessa prefeitura e a gente não pode estar trabalhando de forma isolada, não é?” Aí começamos a fazer as costuras internas. Antes ainda, eu procurei os partidos políticos para que eles influenciassem os seus respectivos vereadores. Da parte de pouquíssimos partidos a gente teve apoio. Eu me lembro que o PPS apoiou de uma forma muito explícita até. Mas, por exemplo, quando eu me reuni com o PT eu fiquei chocada, porque o PT deixou claro, as pessoas do PT que me receberam, que o apoio decorreria de eu aceitar determinados nomes na Secretaria. E o prefeito tinha me dado total autonomia para a escolha de nomes. E eu queria uma secretaria técnica, tipo assim: “Não virão para cá pessoas negras por serem do movimento negro, por serem ativistas. Virão por serem profissionais qualificados. Porque essa Secretaria tem que dar certo. Essa Secretaria tem que fazer um

trabalho exemplar, senão ela não se sustenta.” E isso também foi um motivo de... Ah, e eu tive que contratar uma pessoa do movimento negro que estava pressionando. Primeiro não queria que a secretaria existisse, depois queria ser secretário adjunto. Eu falei: “Nem morta!” Depois queria ser um dos diretores. Ao fim e ao cabo, eu aceitei ele lá, eu acho que nem era diretor, mas tinha um cargo de confiança lá. Ele já era funcionário da prefeitura, ele tinha um cargo lá. Aí eu aceitei, porque não dava. Aí é a questão de saber fazer jogo político. Eu não podia falar não e fechar as portas para essas lideranças que tinham influência em determinadas facções do movimento negro, que eram visceralmente contra mim. Então eu convidei também, como secretária adjunta, uma pessoa que tinha trânsito nos vários grupos e foi uma pessoa do movimento negro para esta Secretaria. Aí nós estávamos fazendo um trabalho extremamente bem aceito, foi um negócio impressionante. A Associação Comercial de Minas Gerais abriu as portas para reunião com a gente, pedimos a reunião com o Célio, a gente fez a reunião na Prefeitura, o Célio falou: “Eu vou convocar o secretariado...” Ele até insistiu na palavra “convocar”. “...para que vocês façam a apresentação desse projeto para eles.” Foi um projeto belíssimo que a gente fez, chamado *Adote um morro*. A ideia era assim que a sociedade civil, associação de moradores de classe média, empresas, colégios, adotassem um determinado morro. Mas adotar para fazer políticas para valer. Porque eu sempre coloquei isso na minha cabeça: “Pobre merece coisa boa. Nada de políticas sociais de péssima qualidade para os pobres. Pelo contrário, pobre merece é luxo, coisas da melhor qualidade.” A Secretaria era lindíssima, toda decorada em Feng Shui, que uma pessoa se ofereceu para decorar, tinha peixinho, tinha flores, tudo natural. E a gente recebia gente de outros órgãos da Prefeitura para fazer turismo: “Ah, eu vim trazer esse povo aqui para ver a Secretaria mais bonita da Prefeitura.” Ou seja, a gente começou a criar um certo desconforto junto a determinados segmentos da administração Célio de Castro. Isso ficou aberto, isso ficou visível. Uma das vezes, uma pessoa do PT que era administradora regional, me chamou numa reunião e foi duríssima comigo: “Olha, eu sou administradora regional. Tudo que acontecer nesta escola tem que passar por mim. Se vocês convocarem uma reunião, eu tenho que tomar conhecimento.” Porque esta escola, exatamente a Pedreira Prado Lopes, ficava numa regional e ficava num favelão superpopuloso, onde o PT tinha muito voto. Aí eles começaram a fofocar, que eu estava fazendo aquele trabalho porque eu queria ser candidata. E eu não era de partido político nenhum, não estava pensando em ser candidata coisa nenhuma. Eu queria ver a população favelada morando com dignidade, as taxas de violência

despencarem, era este o meu grande sonho com o *Adote um morro*. E a mídia, eu fui entrevistada por exemplo por um programa aqui, que era tipo a Marília Gabriela em nível nacional, aqui tinha o programa da Leila Ferreira. Era um programa assim “chiquerésimo”. Ser entrevistado pela Leila Ferreira era o sonho de qualquer personalidade em Minas Gerais. E eu fui entrevistada por ela. E assim, a mídia dava muita cobertura, o lançamento do *Adote um morro* foi aquela coisa espetacular. Após o lançamento do *Adote um morro* eu comecei a sentir um esvaziamento cada vez maior da gente na Prefeitura. Isso foi no ano 2000. Nesse meio tempo, as pessoas próximas a mim na Secretaria me falavam, mas eu não acreditava que isso podia ser verdade – eu tenho meu lado ingênuo também, apesar de ser muito experiente e com a minha idade, eu tenho o meu lado ingênuo. Eu falava: “Não é possível, eu conheço essa pessoa há mais de 30 anos. Não é possível que ela está fazendo essa sacanagem.” “Está, cuidado...” Aí eu me dei conta de que a Secretaria estava dividida, tinha dois comandos. Tinha um comando que funcionava inclusive em casa. Olha que absurdo, o público se tornou privado. E eu fui pressionada, assim, uma pessoa sabia que eu chegava muito cedo na Secretaria, chegava lá sete horas da manhã, aproveitou para chegar sete horas da manhã, que não tinha ninguém lá, para me pressionar para eu assinar um projeto, uma liberação de verba que era um montante enorme. Não tinha o menor sentido, eu sabia que tinha finalidades eleitorais, no ano 2000 eram eleições municipais. Eu me recusei a assinar, a pessoa ficou puta da vida! Nesse dia eu desmontei em choro, porque eu não podia grudar nela, porque a pessoa era hipertensa e eu respeitei essa condição de saúde dela. Ou seja, a Secretaria estava dividida, rachada ao meio: o grupo ligado a essa pessoa do movimento negro, ligado à secretária adjunta e o grupo ligado a mim.

V.A. – Quem era a secretária adjunta?

D.M. – Maria Mazzarelo Rodrigues.<sup>8</sup> Acabamos tornando-nos inimigas viscerais.

V.A. – E aquele outro que você disse que precisou aceitar?

D.M. – Quem é? Quem vocês vão entrevistar agora à tarde. Aí foi um período horrível! Horrível! Eu combinava determinadas coisas com o gabinete do prefeito, acertava tudo,

---

<sup>8</sup> Dona da editora Mazza.

acontecia. Agora, eu viajava também crente que a secretária adjunta municipal era a uma aliada, eu a conhecia há mais de 30 anos. Então aproveitava que eu estava fora do país... Uma vez foi até para um encontro da Johns Hopkins [University], eu estava fora do país, aí fizeram tudo contrário, demitiram uma pessoa que eu tinha admitido para ser diretor no lugar de uma pessoa que eu tive que demitir, porque tinha esses interesses por trás desse projeto para ter o dinheiro liberado. Então essa pessoa foi demitida, mas eu a demiti depois de conversar com irmã do prefeito para ter o apoio. Eu tinha que ter o apoio também, porque eu sabia que tinha muita gente do PT que não tinha o menor interesse em fortalecer essa Secretaria. E ao longo também de todo o período, a gente foi esquecido *n* vezes. E aí a gente falava assim: “Agora, que filme que é? *Esqueceram de mim 1*, agora é *Esqueceram de mim 100...*” Porque muita coisa que acontecia na prefeitura eles não nos convidavam. Os secretários que lideravam os processos não nos convidavam. Mesmo assim, por exemplo, teve uma conferência aqui, não sei se foi uma conferência chamada Conferência das Cidades, que precisava fazer todo um processo anterior para a escolha de representantes até a Conferência das Cidades mesmo, se foi essa conferência, não me lembro o que foi. Foi um processo de participação, de mobilização. A Secretaria novíssima levou o segundo maior contingente de pessoas ao encontro. O segundo maior contingente. Sendo que a secretaria que levou mais gente, que era a de Desenvolvimento Social, era uma secretaria velha e que tinha, digamos, sedes dela em todas as administrações regionais. Nós não tínhamos, a gente não tinha pernas para isso. Uma secretaria recém-criada, deste tamaninho, mas a gente levou o segundo contingente a essa conferência. Foi aquela coisa massiva. Ou seja, a gente começou a incomodar internamente. Eu não era uma pessoa fácil de puxar o saco. O prefeito até falou para mim: “Você tem que ter paciência, você tem que convidar o pessoal para tomar chope.” Eu pensei com os meus botões: “Não vou fazer isso. Não acho que é assim que se faz a boa política. A política safada é assim, puxando saco, mandando presente, convidando para um almoço, pagando a conta... Isso não faz o meu gênero. Se for para ser assim eu prefiro largar tudo. Não sou apegada a nada. Não sou dona de nada.” Eu sabia que a secretária do prefeito, que era também do PT, tinha sido cevada contra mim e ela começou a envenenar o prefeito contra mim.

V.A. – Ela era também do PT?

D.M. – Do PT.

V.A. – Secretaria, secretária mesmo?

D.M. – É. A secretária mesmo, que cuida da agenda. Aliás, ela era chefe de gabinete ou a irmã se tornou chefe de gabinete e ela virou secretária mesmo. Aí, o que aconteceu?

V.A. – Ela começou a falar mal de você para o prefeito.

D.M. – É. O prefeito começou a se distanciar. Fofoca, sabe? Eu participei do lançamento de um conjunto habitacional e achei as casas de pior qualidade. E na minha visão da política pública, aquela política pública para respeitar o nosso povo, para construir cidadania. Você não pode cobrar do nosso povo nada se você não o trata com respeito, com dignidade. Você não pode cobrar deveres quando você não provê direitos. Então eu achei as casas assim... as casas eram minúsculas, semiacabadas. A gente sabia que as famílias pobres e negras são famílias com muitos filhos, têm filhos do sexo masculino e do sexo feminino, que não vão poder ficar no mesmo quarto. Então eu saí de lá comentando que não tinha gostado. Mas ela usou uma palavra, que é uma palavra pejorativa, para as casas e foi conversar com o prefeito. O próprio prefeito conversou comigo: “Olha, eu não gostei porque você falou que a gente estava inaugurando cafuas.” Eu virei para ele falei o seguinte: “Eu realmente critiquei aquele conjunto habitacional. Mas em nenhum momento eu usei a palavra ‘cafua’. Puseram na minha boca.” Aí eu falei assim: “Eu estava com... Quem levou esse negócio para você?” Ele conversava comigo, as minhas audiências com ele viravam momentos de papo, ele falava, ele era uma pessoa muito erudita. Então ele conversava, ele adorava conversar comigo. Conversava sobre autores, poetas, escritores que já morreram, de outros países, sobre filósofos. As conversas com ele eram ótimas. Então eu tinha muita liberdade. Eu falei assim: “Eu estava com fulana e cicrana.” Que era ex-mulher dele e a secretária. Aí ele virou e falou o seguinte: “Não foi Maria.” Então foi a outra que era secretária dele, que foi lá fofocar com ele que eu tinha falado mal. Deve ter falado exagerado. Eu falei com pouca gente, éramos três. Ou seja, esse povo foi fazendo a minha caveira, foi querendo cercear o trabalho da Secretaria, e com o racha interno, foi um pretexto, um álibi maravilhoso para eles extinguirem a Secretaria. No final de 2001 foi encaminhado para a Câmara... foi um ato do mais grosseiro autoritarismo que eu já vi esse PT de Minas Gerais fazer. Eles encaminharam

um projeto de lei após as eleições, segundo turno deve ter sido o quê? Outubro, novembro, eu não me lembro bem. Ou seja, pasmem: foi um calhamaço deste tamanho a reforma administrativa, foi aprovada antes do Natal, em pouquíssimo tempo. Eles passaram um trator em cima das comissões, pressionaram todo mundo, prometeram mundos e fundos, eles tinham sido reeleitos nas eleições de 2000. Foi uma coisa desrespeitosa em relação ao Legislativo. Completamente desrespeitosa a ação deles. E os vereadores venais, lamentavelmente, todos eles, em sua maioria, dependem das benesses do Executivo para se perpetuarem no poder. Então o que aconteceu? Inclusive esse vereador negro, que era o grande lutador em favor da Secretaria, aprovou, porque foi tudo voto de liderança, tudo corrido, tudo às pressas por causa do Natal. No bojo da reforma administrativa se extinguiu a Secretaria, numa brincadeira... Aí eu fiquei sabendo depois que... Ah, em dezembro eu encaminhei uma carta para o prefeito porque eu era contra a reforma administrativa e queria ficar livre para poder criticar a reforma administrativa. Então eu encaminhei uma carta colocando delicadamente o meu cargo à disposição. Ele não me demitiu, e eu não podia abandonar a Secretaria, porque o pessoal estava reunindo em outros lugares. A secretária adjunta nesse momento estava de férias. Aí o que aconteceu? Eu tive que ficar lá e criticava o governo externamente. Inclusive em programas de televisão. Eu ia falar: “Está certo extinguir”? Eu tinha, em menos de dois anos, dois anos e pouco antes eu estava sensibilizando a opinião pública de Belo Horizonte, as lideranças empresariais, convencendo os jornalistas para apoiarem, os vereadores para apoiarem essa secretaria, o prefeito manda extinguir e eu vou falar que o prefeito está certo e nós todos estávamos errados? Claro que não. Então o que acontece? Eu saio criticando, eu fiquei sabendo que ele me chamou de antiética por criticá-lo publicamente. Eu fiquei extremamente à vontade, de jeito nenhum me considero antiética. Pedi antes de sair, poucos meses antes de sair, eu exigi uma auditoria interna na Secretaria. Coloquei no papel para os auditores que eu queria uma auditoria extremamente correta, transparente. Não foi, infelizmente, porque os auditores também são funcionários da prefeitura. Não foi uma auditoria externa. Então eu não pude realmente ter a exata dimensão de desvios financeiros para projetos. Sei que teve coisa que foi drenada para projetos particulares. Mas já não pude ter a dimensão exata. Só sei que foi também um final extremamente melancólico, eu sofri demais. Eu chorava feito uma condenada por ver toda aquela experiência, os moradores de vilas e favelas fizeram manifestação na porta da Prefeitura, teve uma faixa em apoio a mim, linda, com um trecho de um poema, não sei se de

Maiakovski, não sei que autor que fala: “Se não valeu a árvore, se não valeu isso, se não valeu aquilo, pelo menos valeu a intenção da semente.”<sup>9</sup> Vocês conhecem... Puseram duas faixas, uma na frente da Prefeitura e outra em frente do prédio onde funcionavam várias secretarias, inclusive a Smacon, Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra. Eu fiquei sabendo também, pouco depois, que eu seria convidada pelo prefeito para ser coordenadora de Direitos Humanos. Mas eu jamais aceitaria, preferia o desemprego. A minha família, mais uma vez, a minha filha já era jovencinha, minha filha tinha nesta ocasião 17 anos. Então minha família, minha mãe sempre falava uma frase muito interessante comigo, isso também está muito profundo em mim: “Minha filha, não abaixa muito não, senão a bunda aparece.” Ou seja, ela combinava a humildade, a capacidade de aguentar as coisas, mas tem limite! Então chega num determinado momento, não pode aceitar mais. Então foi o que aconteceu. Naquele momento não podia mais ficar na Prefeitura, preferia o desemprego. Muitos secretários que criticaram a reforma administrativa ficaram calados, foram reconduzidos ao cargo. Publicamente, até em reuniões de secretariado, eu falava que aquilo não tinha o menor sentido, que ia pegar mal inclusive para Belo Horizonte, em reuniões que acontecessem fora do estado de Minas Gerais. Então eu tive uma posição...

A.P. – Encerrando...

D.M. – Pois é...

[FINAL DO DISCO 3]

A.P. – Estávamos saindo da administração na prefeitura, a Secretaria...

V.A. – Eu queria fazer uma pergunta, porque no seu currículo tem duas medalhas que a Câmara de vereadores concede para você: uma em 1997, é a medalha do centenário de Belo Horizonte, foi a do Célio, está aqui, “concedida pelo prefeito Célio de Castro”. Depois, em dezembro de 1998, a medalha “mérito especial”, concedida pela Câmara Municipal, está

---

<sup>9</sup> A frase é da autoria de Maurício Francisco Ceolin, conhecido como Chico Ceola, e se encontra em seu livro de poemas intitulado “Saudade da Tribo”.

escrito no seu currículo. E depois, em dezembro de 2000, a “grande mérito”. Essa já é quando a Secretaria já está sendo extinta, em dezembro, não é?

D.M. – É.

V.A. – O que moveu os vereadores a esse...?

D.M. – Contradição, não é? Porque ao mesmo tempo eles reconheciam o nosso trabalho, reconheciam os nossos esforços para tornar a cidade melhor. E ficou muito claro naquela época para grande parte da opinião pública que a Secretaria era necessária. E eu também tive muita habilidade para colocar essa questão. Eu inclusive falava o seguinte: “Quais são as grandes preocupações dos moradores da cidade? Uma delas é a violência, a questão da segurança pública, não é?” E as entidades, várias entidades de igreja, sociais, que funcionavam em favelas, tinham fechado as portas. As favelas estavam totalmente isoladas da malha social da cidade. Ninguém queria estar ali, a não ser as igrejas pentecostais. E a gente falava o seguinte: “Nós vamos trabalhar nessas favelas, e vamos torná-las bonitas...” Porque o projeto *Adote um morro* tinha inclusive pintura das casas, toda reforma urbana do tecido urbanístico das favelas, toda uma quantidade de projetos. E aí ficou muito claro que havia um espaço para esta Secretaria. Então a gente era muito apoiada pela Câmara. Aquela ideia de que seria uma vergonha, isso realmente foi alguma coisa muito superada. Então me premiaram. Não era difícil eu receber medalha, não. Mas ao mesmo tempo, o que aconteceu? Infelizmente, a grande maioria dos vereadores é muito despolitizada, está preocupada com a manutenção dos seus currais eleitorais urbanos. Então essa coisa “está sendo um processo autoritário...” Ninguém estava incomodado com aquilo. Apenas um vereador católico, ele era de uma coerência ímpar, exemplar, ele não votou. Eu acho que foi o único voto contrário à reforma. E ele batia o tempo todo, era a única voz contrária. Vereador Antônio Pinheiro. E o vereador Antônio Pinheiro foi considerado por um outro vereador, que falou para mim: “O único macho que tem naquela Câmara é o vereador Antônio Pinheiro. Foi o único que resistiu às pressões da prefeitura.” Um vereador. Depois disso eu encontrei com ele na rua, ocasionalmente, e ele me falou pouco depois dessa votação louca de um projeto de lei, e esse vereador me falou e outros também comentaram que eles sequer tinham tido tempo de ler todo o calhamaço do projeto de lei que foi parar nas mãos deles, tão logo, foi logo depois das



eleições. Antes das eleições eles não abordaram isso, mas o projeto já estava totalmente formatado por assessores, consultores contratados pelo PT. Aí, no que se elegeram, o projeto de lei pouco depois entrava na Câmara. Então dava para fazer isso, destruir a Secretaria e como prêmio de consolação conceder a ela a medalha de “grande mérito”.

V.A. – Quer dizer, a sua ideia de criar a Secretaria em lei para protegê-la do Franco Montoro não querer mais, do Brizola não querer mais...

D.M. – Exatamente.

V.A. – Não é garantia de nada...

D.M. – Não é garantia de nada, infelizmente. Ou seja, a criação desses órgãos, de conselhos, mesmo a secretaria criada por lei como a nossa, e que foi exemplo, isso foi acompanhado por *n* entidades do país: “Poxa, em Belo Horizonte vai ser uma experiência diferente, porque lá é uma lei, a Secretaria tem orçamento próprio...” Ah, outra briga feroz foi o orçamento próprio.

A.P. – Orçamento próprio, isso é realmente uma diferença.

D.M. – Foi o orçamento próprio. Porque era uma mixaria, as Secretarias de Planejamento e da Fazenda estavam nas mãos de secretários do PT. E eles não davam tempo mole para nós, não facilitavam de nenhuma maneira. Inclusive, um deles tinha me tratado de forma desrespeitosa uma vez que eu fui defender os projetos da Secretaria e a necessidade de a gente ter orçamento condigno, que desse, porque eu virei para ele e falei o seguinte: “Se a gente tem apenas a verba de manutenção, a cidade de Belo Horizonte vai falar que a Secretaria foi criada para dar cargo para mim e para outras pessoas. A gente precisa ter recursos de investimentos. Como que eu posso defender a ideia da secretaria se a gente não pode investir?” E ele, que estava lendo jornal na minha frente, secretário importante, que hoje é prefeito da nossa capital pela segunda vez, disse: “É um absurdo, você tem que saber defender, você tem que defender um órgão criado pelo prefeito, sim, com dinheiro ou sem dinheiro, com orçamento ou sem orçamento.” Foi uma maneira totalmente desrespeitosa, porque a gente estava lá defendendo os projetos da Secretaria, tendo uma conversa na Secretaria

da Fazenda e ele estava lendo um jornal ou uma revista lá, quando ouviu essa coisa: “Como eu posso defender a Secretaria se a gente não tem orçamento, se a cidade não vê que a gente está fazendo uma diferença a partir da criação da Secretaria? Que determinada favela mudou, que as taxas de violência despencaram etc.” Aí ele entrou assim, de forma grosseira em cima de mim. Então são pessoas com as quais eu não me relaciono mais. E em 2001 eu trabalhei um curto período, fiquei desempregada alguns meses, depois eu trabalhei em um curto período a convite do PSB, alguém do PSB ficou... Porque eu não sou de bater porta, eu tenho um orgulho que eu herdei da minha mãe, não sou de bater em porta de partido para pedir emprego, de político para pedir emprego. Aí eles ficaram sabendo que eu estava desempregada e me convidaram para eu assessorar um deputado estadual que trabalhava na Comissão de Direitos Humanos. Aí fui para lá, foi muito bom, eles gostaram muito de mim, sofri muito tendo que conviver com as mazelas do sistema presidiário mineiro. Sofri à beça, casos de desaparecimento, as pessoas levavam para a gente casos cabeludos. Eu chegava aqui quase doente em casa, e tinha que pedir ao povo: “Pelo amor de Deus, é desgraça, mas eu tenho que contar para vocês senão eu não consigo dormir hoje de noite.” Aí a pobre da minha filha e a minha mãe ficavam lá sentadas ouvindo as tragédias que eu trazia para casa.

Neste ínterim eu fiquei sabendo de um programa na Universidade do Texas, um programa sobre raça, direitos e recursos nas Américas. Aí eu enviei meu currículo, enviei uma proposta de estudos da experiência da Secretaria, fui aprovada e rumei para o Texas. Exatamente quando aconteceu Durban eu estava no Texas.

A.P. – Foi em agosto de 2001.

D.M. – Exatamente. Eu não podia ir para Durban porque eu tinha um compromisso com o pessoal na Universidade do Texas. E eu também não tinha participado, por causa de toda a confusão para salvar a Secretaria, foi um ano no qual eu não pude participar dos encontros preparatórios para Durban. Então eu realmente falei: “Meu tempo é ir realmente para a Universidade do Texas.” Onde eu fiquei um ano acadêmico, fiz um estudo sobre a experiência da Secretaria. Um amigo meu, que trabalhava com a gente na Secretaria, não conseguiu uma entrevista com nenhum dos atores da época que jogaram um papel até no desmonte da Secretaria. Ele não conseguiu, se recusaram a ser entrevistados, os secretários não aceitaram ser entrevistados, gente do PT não aceitou ser entrevistada, então eu falei

assim: “Então eu fico muito à vontade para passar a minha versão, se eles não aceitaram ser entrevistados.” Aí depois eu participei de um outro programa sobre a questão racial nos Estados Unidos, na Woodrow Wilson International Center, porque terminou o meu período na Universidade do Texas, e eu desempregada mais uma vez, sem bolsa: “Ai meu Deus! Como fazer, voltar para o Brasil, manter essa casa...?” E claro, mil dívidas, devendo a todo mundo. A minha vida financeira realmente sempre foi um problema por causa do ativismo. Não dá para você ganhar dinheiro e ser uma ativista dedicada como eu sou. Alguma coisa fica no prejuízo. Eu prefiro que fique no prejuízo a minha vida financeira, material, por isso eu estou com quase 61 anos e não consegui terminar a minha casa até hoje. Não tenho nenhum fundo em banco, não tenho nenhuma poupança, não sou aposentada ainda, mas sou muito feliz.

E aí eu fui aprovada também, participei deste programa na Woodrow Wilson International Center, que é considerado assim um centro de excelência, não apenas dos Estados Unidos, mas também um dos maiores do mundo. E quando eu terminei, fiquei nos Estados Unidos desempregada tentando ver se eu conseguia um trabalho lá. Não consegui. E finalmente eu voltei para o Brasil, depois das eleições. Eu sabia que antes das eleições eu não ia conseguir nada por causa da legislação eleitoral. Aí em 2003 eu voltei para cá. Descobriram de novo que eu estava sem trabalho, agora tinha um eufemismo para isto, não era desempregada, está “à disposição do mercado”. [riso] Aí Amílcar Vianna Martins, que me conhecia desde o Colégio Estadual de Minas Gerais, que tinha sido presidente do Ipea durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e que trabalhava com a questão racial há décadas, a tese dele de doutorado era sobre a escravidão em Minas Gerais – então não era um interesse episódico e porque a questão tinha vindo à tona. Era uma questão genuína que eu acompanhava há mais tempo, a gente tinha uma boa relação. Aí ele ficou sabendo desta vaga no Pnud e me indicou para o Pnud,<sup>10</sup> fazendo questão de dizer que não era nenhuma indicação política, que ele nem era do PSDB mais, mas era uma indicação por reconhecimento do meu trabalho. Fiquei no Pnud três anos, no final do ano passado eles extinguiram a área de Direitos Humanos, da qual eu fazia parte, e ao mesmo tempo eu estava morando em Salvador com uma gerente complicada, muito mais nova do que eu. E essa gerente também começou a falar lá, não queria que eu continuasse como ponto focal de raça e gênero, falava que o Pnud estava em crise e não tinha nada a ver a minha insistência em

---

<sup>10</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

trabalhar com as questões de raça e gênero no Pnud. Começou a fazer muita fofoca. Aí no bojo de uma leva de pessoas demitidas, me incluíram também. Aí eu bati contra o Pnud, achei um absurdo o que fizeram comigo, achei desrespeitoso a forma como me demitiram, a partir de fofocas dessa gerente que quase não ficava lá. Eu estava fazendo o meu trabalho e ela falou que eu não estava trabalhando. Eu, que sou uma pessoa viciada em trabalho... Eu falei: “Está bem, eu estava na praia em Salvador tomando água de coco.” E aí foi uma experiência que terminou de uma forma muito chata também, porque eu era uma pessoa muito dedicada, trabalhei demais, madruguei não sei quantos dias trabalhando, fui ao Pnud sábados e domingos, trabalhando quase sozinha no relatório nacional de desenvolvimento humano, cujo tema foi “racismo, pobreza e violência”. Dei o melhor de mim e a agência da ONU, defensora dos direitos humanos, me demite assim: “Ó, rua!” Eu bati...

V.A. – Qual era o nome dessa gerente?

D.M. – Gianna Sagazio. O pai dela é italiano. Era minha amiga lá em Brasília, “beijinho, beijinho”, entendeu? Fomos trabalhar lá e só Deus sabe o que passou pela cabeça dela. Falou um monte de mentira, na hora que ela veio falar da minha demissão teve a cara de pau de falar: “Você não está trabalhando como oficial de programa.” “Como?” “Você não está fazendo captação de recursos.” E era o que eu estava fazendo. Na cara de pau assim para mim. Eu fiquei indignada, indignada! Revoltada! Porque foi uma cassação do meu direito ao trabalho. Se eu estivesse em Brasília na ocasião, não teria tido problema nenhum, porque a unidade da qual eu fazia parte tinha sido desmantelado. Mas o fato de eu estar num escritório vazio, eu tinha ficado lá alguns meses como sendo a única pessoa do Pnud, os demais eram voluntários das Nações Unidas, eu era a única funcionária dando o meu recado, ela parou há tempos de me convidar para reuniões, não me chamava para reuniões de trabalho internamente, nem para reuniões externas, foi tirando o meu tapete até que a cúpula do Pnud decidiu me mandar embora. Claro, gritei, esperneeii, botei a boca no trombone, foi circulado um abaixo-assinado pela Internet em apoio, mais de 100 personalidade e entidades do movimento negro me apoiaram, eu achei muito bonito. Todo mundo assim: “Poxa, como é que pega uma mulher negra da sua idade, uma intelectual nossa e faz desse jeito? Isso é abuso, é desrespeito.” Eu denunciei ela por assédio moral porque várias das coisas que ela fez comigo em Salvador se tipificaram como assédio moral.

V.A. – O que é típico do assédio moral?

D.M. – Tem *n* coisas. Por exemplo: você exigir da pessoa mais do que... por exemplo, um trabalho que precisa de um mês para fazer, você exige que a pessoa entregue daí a 15 dias; você colocar metas acima do que é óbvio que não dá para serem cumpridas aquelas metas. Por exemplo, ela falar que eu não estava fazendo captação de recursos: não existe, captação de recursos até para a Sociedade São Vicente de Paulo vai precisar de alguns meses, imagine para uma agência da ONU. Captação de recursos para agência da ONU é de alguns milhões de dólares. E eu estava fazendo todo um trabalho de captação de recursos, abri as portas da Odebrecht e aí ela não queria que a reunião acontecesse. A não ser quando ela estivesse em Salvador. Então atrasou, atrasou essa reunião com a Odebrecht. Ela não me conferiu um espaço. Eu não tinha sala. Uma funcionária sênior como eu sem sala. Eu ficava numa baia, junto com os jovens voluntários das Nações Unidas. O que mais? E não me passava trabalho, o que também configura assédio moral. Ou você passa trabalho demais para a pessoa não dar conta de fazer, ou você deixa a pessoa sem trabalhar e depois fala que a pessoa não está trabalhando. Isso também. O Ministério Público do Trabalho tem estudos sobre assédio moral, e está tudo lá.

A.P. – Esse processo ainda está caminhando?

D.M. – Não. Esse processo acabou porque as pessoas que lideraram o abaixo-assinado não foram recebidas pela direção do Pnud em Brasília, que se recusou terminantemente. Tinha vindo para a direção do Pnud uma senhora do Vietnã, e não aceitou de jeito nenhum receber o pessoal. Além disso, as agências das Nações Unidas ficam acima da legislação brasileira, elas não respeitam a legislação brasileira, porque se respeitassem eu teria entrado na Justiça contra eles por assédio moral. Mas, não adianta. Eu vou perder meu tempo, vou ficar mais desgastada. Porque foi um processo doloroso para mim, a minha mãe estava aqui morrendo, morreu comigo em Salvador porque eu sou responsável, estava lá trabalhando, ligava três vezes por dia aqui para casa e dizia: “Quando vocês sentirem...” Mas todo dia ela estava daquele jeitinho, aí “pif”, foi embora. Nem vi a minha mãe falecer. Porque a gente tinha um compromisso uma com a outra: morrer em casa. O sonho dela era morrer abençoando a

gente, cantando, louvando a Deus, rezando, tadinha... Desde que ela teve o derrame ela nunca mais conseguiu falar direito, e três meses antes de falecer ela não falou mais nada, nada. Silêncio total.

V.A. – Esse oficial de programa e ponto focal em raça e gênero agora foi extinto também essa função?

D.M. – Aí foi extinta a função. Inclusive no documento de demissão meu, traz assim, “finalidade: extinção do cargo.” Mas com o bafafã que o movimento negro fez, “que absurdo a agência da ONU acabar com o ponto focal de raça e gênero!” O que eles fizeram? Eles pegaram uma pessoa que era minha amiga, que eu tinha trazido para o Pnud, estava morando em Washington, que eu tinha conhecido fora do país e que eu tinha falado: “Vem trabalhar aqui.” Tinha aberto umas vagas aí eu a estimulei muito para ela ir para lá. Aí o que eles fizeram? Eles falaram que não, que não tinha sido extinto o ponto focal em raça e gênero. E foi o que ela falou para mim e foi o que foi falado quando eu fui a Brasília reclamar pela minha demissão, eles falaram: “Nós não temos nada pessoal contra você. A gente está fazendo economia e cortamos o seu posto.” Mas, com o abaixo-assinado, eles falaram: “Não, pelo contrário.” Aí colocaram no *site* do Pnud que aquela moça estava reestruturando a área, tipo assim: “Com a Diva nada prestou. Agora é com essa moça.”

V.A. – Como é o nome dela?

D.M. – Maria do Carmo Rebouças da Cruz. Então ela foi para Salvador no meu lugar. Mas pelo que eu saiba, aquilo foi só uma tentativa no momento de abafar, mas eu tenho um amigo que é do movimento negro lá em Salvador e ele falou: “Olha, nunca mais escutei falar nada. Tudo que acontece aqui não aparece o Pnud. Não quero saber daquele pessoal nem nada.” Eu acredito que realmente... porque a instituição está numa crise terrível, superdeficitária.

V.A. – As Nações Unidas.

D.M. – Sobretudo o Pnud, porque o Pnud estava dependendo muito dos recursos que vinham do governo via contratação de pessoal. Chegou a contratar milhares de pessoas. E por essa

administração de pessoal ela recebia um percentual, eu não me lembro o montante. Então era um dinheiro tranquilo, fácil: as pessoas trabalhando nos ministérios contratadas via Pnud ou via Unesco. Então, sobretudo durante o governo Fernando Henrique Cardoso, as agências tiveram o seu tempo de glória, seu tempo de vacas gordas. Com o governo Lula, o Ministério Público do Trabalho cortou essa coisa, teve que ser adiada a extinção desses cargos via agência porque senão o serviço público parava, ficaria totalmente paralisado, tal a dependência. Porque não tinha concurso público, os velhos tinham se aposentado, os quadros todos, o pessoal qualificado que estava em todos os ministérios foi contratado via Pnud ou via Unesco. Então se a nova orientação, a nova regulamentação – deve ter sido lei também, foi um termo de ajuste de conduta do Ministério Público do Trabalho – se fosse para ser cumprido imediatamente ia paralisar todos os ministérios. Então o governo teve que adiar um pouco, depois teve que adiar de novo, hoje eu não sei como está. Mas não pode mais contratar, teve a questão do dólar, porque antes aquele dólar valia muito em termos de reais, então ficava muito mais fácil de pagar o seu quadro de funcionários lá. Os salários nossos lá eram muito elevados. Então foi uma crise terrível, e pagando um escritório num lugar de luxo. Aí começaram a mandar pessoas embora e eu fui agraciada. Hoje estou, de novo, desempregada, aliás, “disponível no mercado”. [riso]

V.A. – Diva, uma última pergunta de minha parte, não sei do ponto de vista do Amílcar. A gente tinha pensado em saber a sua opinião sobre essa questão das ações afirmativas, o debate grande que já vem desde 2001, desde Durban, ou antes de Durban. Qual é a sua opinião a respeito disso?

D.M. – Olha, eu tenho até escrito sobre isso. Foi lançado um livro em Brasília recentemente, eu estava fora do país e não pude ir ao lançamento, e tem um artigo meu exatamente sobre isso. Qual é a minha posição? É a seguinte: eu acho estéril o debate se, de um lado os defensores das políticas ações afirmativas e, de outro lado, sobretudo os membros da academia, defendendo as chamadas políticas universalistas. Eu acho esse debate extremamente estéril. Por que isso? Porque eu acho que a população negra precisa de ambas as abordagens de políticas públicas. Você vai ter que ter políticas universalistas, de fato, de excelente qualidade. O que eu falei com vocês, aquela escola pública que eu tive não era universalista, era uma escola que a grande massa da população em 1950 estava na zona rural,

e não tinha nem escola na zona rural e nas pequenas cidades, é ou não é? Então não era uma política universalista no meu tempo. Eles falam que era uma política fundada em valores universalistas e republicanos. Não é isso, os adversários das cotas? O que eu falo? Eu falo o seguinte: precisamos de políticas universalistas de fato, desde a base, desde o jardim de infância. E precisamos também de políticas de ação afirmativa. Porque eu sempre digo o seguinte aos inimigos das cotas: “Tem uma moçada ali, que terminou o segundo grau e que está louca para pôr o pé na universidade, não vai ter condições de passar no vestibular para as universidades públicas via mecanismos convencionais, através da meritocracia, através do critério do tal do mérito...” Você tem que fazer uma crítica também ao quesito mérito. “Tudo bem, tem uma moçada ali naquele auditório, vai lá e fala para eles o seguinte: ‘Nós não vamos fazer políticas de ação afirmativa, não. Nós vamos fazer políticas universalistas. A partir de agora as escolas públicas vão ser da melhor qualidade e seus netos ou bisnetos entrarão nas universidades públicas sem precisar de ação afirmativa.’ Tudo bem, vai lá e defende isso com essa turma. Se vocês derem conta eu aplaudo vocês.” Eu gosto de ironizar. Eu acho que realmente há a necessidade de políticas de ação afirmativa. Sei do caráter temporário, provisório delas, por isso é que eu defendo arduamente a combinação de políticas verdadeiramente universalistas com vários recortes. Quais? Recortes regionais. A população negra não é igualmente pobre neste país. Então tem que dar prioridade para os bolsões de pobreza nos nossos estados e para as regiões Norte e Nordeste do nosso país; as mulheres, o recorte de gênero nas políticas públicas; o recorte etário, atenção à nossa criança nas creches porque a discriminação começa lá, como os estudos da Fúlvia Rosenberg demonstram, e atenção para os nossos idosos, por respeito à nossa cultura negra que valoriza os idosos. Então eu defendo a transversalidade regional, de classe: filho de Pelé não deve entrar na universidade pelo esquema de cotas, a minha filha também. Eu não perdi de vista a questão de classe. Eu acho que as nossas políticas de ação afirmativa... E aí tem uma outra dimensão que é não estar focalizada apenas na população negra, mas também nos brancos pobres. Eu defendo isso e eu sei que eu sou malvista em certos setores do movimento negro por defender isto. Ou seja, tem um problema de classe neste país, tem uma exclusão profunda neste país. Este país é profundamente desigual e injusto, e penaliza também segmentos da população branca. Então, nas políticas de ação afirmativa, inclusive eu defendo isto como sendo importante até para construir políticas de aliança, políticas de coalizão, e



ampliar o leque daqueles que combatem o racismo. Por isso as nossas políticas devem estar baseadas também no critério de classe social para beneficiar a população branca pobre.

V.A. – É coalizão...

D.M. – Exatamente, coalizão. Aí como é que a gente faz essa política sem que os pretos...? Porque em políticas para pobre, se você não ficar esperto, os pretos ficam de fora, porque tem muito branco pobre neste país. Aí o meu critério é demográfico nas políticas de ação afirmativa: qual é o percentual da população negra naquele município? 40 %. Então 40 % da política de cotas, por exemplo, vai ser destinada à população negra. Ou mais.

V.A. – Mas aí, se os outros 60% serão disputados normalmente, você está privilegiando só a população negra. Como é que você inclui os brancos pobres?

D.M. – Aí, nesse pacote. Seria mais ou menos de acordo com o peso demográfico. Em Salvador, por exemplo, você vai colocar um percentual, a política tem que focalizar prioritariamente nos pretos, por quê? São maioria lá. Se você não adequa esta proporcionalidade à demografia, o que vai acontecer? Você vai colocar um percentual em regiões onde não tem população negra para ocupar aqueles espaços. Então é uma adequação à demografia, é uma política que está preocupada... eu acho que existe uma relativa integração social na base da sociedade brasileira. E eu temo que políticas de ação afirmativa que não incluam os brancos pobres possam melindrar, quebrar essa razoável integração racial que temos na base. E eu preservo isso, eu acho isso importante, eu acho que nós, militantes negros, não podemos pensar somente em nós. Nós temos que ter políticas para o país. Porque os brancos sempre pensaram só neles no poder, só neles. Nunca pensaram em nós. Então nós não podemos pensar em ocupar espaços públicos, ocupar as esferas públicas, defender políticas públicas pensando apenas na gente. A prioridade é nossa porque nós acumulamos desvantagens historicamente neste país que nos deixaram tão para trás, tão para trás, que se a gente não tiver um carinho especial, uma preocupação especial em alavancar a população negra, nosso povo ainda vai ficar para trás. Então a prioridade é a gente, mas não podemos perder de vista também a população indígena. Porque eu acho a nossa aliança, os nossos compromissos com a população indígena eu acho fracos demais. A gente tinha que ter... São

muitos e muitos de nós, não é somente eu, mas eu tenho certeza, sobretudo no norte do país, são muitos de nós que somos netos ou bisnetos de indígenas, e a população indígena é ainda mais oprimida, mais humilhada, mais excluída no nosso país. Então eu penso que um projeto que seja libertário efetivamente para a população negra precisa ter uma dimensão nacional. Nós vamos libertar, mas não dissociados do conjunto da população brasileira. Sobretudo daqueles mais pobres, dos mais excluídos dentre nós.

A.P. – Estou pensando aqui, então essa possibilidade de cotas raciais, para você, estaria próxima a da Uerj? A Uerj, no caso, reserva, não tenho certeza agora se 40 ou 50% para alunos de escolas públicas, e dentre esses 40%, 20% para negros e 5% para indígenas e portadores de deficiência física. Quer dizer, aí nesse caso, a Uerj contempla a população mais pobre, que está nas escolas estaduais públicas, a população negra com 20% dentre essas cotas da escola pública, e um percentual para indígenas e pessoas com deficiência física. Seria mais ou menos por aí?

D.M. – Mais ou menos. Sabe por quê? A questão da escola pública não pode ser o único diferencial. Eu sei de pessoas negras que estão estudando em escolas particulares, pagando escolas da pior qualidade, e às vezes, porque passaram um ano em escola particular não estão tendo acesso às cotas. Eu acho isso uma injustiça. Ou seja, você não pode virar e falar o seguinte: “Todo mundo que está nas escolas particulares é gente que pode.” Não é assim. E nem todo mundo que está na escola privada é privilegiado, é filhinho de papai, porque tem escola privada e escola privada, tem escola pública e escola pública também. É ou não é verdade? Ou seja, se a gente não combinar essas várias transversalidades no desenho de uma política pública, a gente pode estar prejudicando os segmentos que a gente quer beneficiar. E isso é um contrassenso. Por exemplo, critério escola pública per se, sabe o que vai acontecer? Aqui em Belo Horizonte você tem uma “meia-dúzia de três ou quatro” escolas públicas da melhor qualidade frequentadas predominantemente por meninos brancos de classe média. Então se você fecha os olhos: “Olha, que maravilha, vou beneficiar meninos de escola pública.” Podem vir, prioritariamente, essa moçada. Por isso que quando as lideranças estudantis ficam aí defendendo passe-livre, eu não tenho a menor sensibilidade para este tipo de bandeira. Ou seja, eu acho que nós, lideranças negras, temos que pensar num projeto de nação que seja inclusiva em relação ao nosso povo. Porque nós somos herdeiros, até hoje, de

um projeto de nação falsamente republicano que sempre excluiu a nossa população. Então nós não podemos pensar num outro projeto de nação... A menina dos meus olhos é a população negra, que é a mais deserdada deste país, população negra e indígena, agora, eu não posso pensar num projeto de nação tipo assim: “E os brancos? Os brancos se virem.” Não. Eu quero dar palpite em relação a como eu vejo uma política de coalizão para construir uma comunidade política neste país. Este país está dilacerado, está quebrado, está falido. Não é somente a falência do Estado brasileiro, não. Este país não construiu padrões mínimos de convivência social, de convivência civilizatória. Não é à toa que os nossos estados estão desse jeito. E tem uma dimensão racial aí no subterrâneo, na base, que ninguém quer enxergar, mas que está aí na violência que assola Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Tem uma dimensão racial. Ou seja, nunca resolveram o problema racial neste país e ele explode através dessa violência despolitizada sem “era nem beira” que assola as nossas cidades. Então eu, como liderança negra, responsável, política, de esquerda, eu não posso pensar num projeto que beneficie... “políticas de ação afirmativa, políticas universalistas, de ação afirmativa que vá beneficiar a população negra pronto e acabou.” Não. Além disso, nós estamos num mundo vitimado por essa globalização neoliberal excludente e temos também que montar, construir os vínculos internacionais, porque o Brasil não está isolado deste contexto internacional, padece das imposições das políticas neoliberais. Então a gente também tem que pensar globalmente.

V.A. – Então, podemos encerrar?

D.M. – Podemos.

V.A – Você quer falar mais alguma coisa Diva?

D.M. – Olha, eu acho que já falei muito. Eu quero agradecer a vocês.

V.A. – A gente é que agradece.

D.M. – Por terem se deslocado do Rio de Janeiro par vir aqui a Sabará. Vocês ficaram sabendo há poucos minutos que estão em Sabará. Tenho grande orgulho de ser cidadã

sabarense. É uma das grandes cidades do ciclo da mineração em Minas Gerais. Então, eu estou numa cidade histórica e sou muito feliz de morar aqui. Aqui estão as minhas árvores, os meus bichinhos, a minha família. E adorei estar com vocês. Acredito que nesta construção de uma sociedade não-racista, uma sociedade justa e fraterna no Brasil, eu não vou ter falsa modéstia, eu tenho colocado alguns tijolinhos. Muito obrigada.

V.A. – Muito obrigada.

A.P. – Muito obrigado. Ótimo.

[FINAL DO DEPOIMENTO]